DIREITO CONSTITUCIONAL

Repartição de Competências

Livro Eletrônico

GRAN CURSOS ONLINE

Sumário

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1. Conceito

Querido(a) aluno(a), vamos agora, juntos, estudar a repartição de competências. Mas o que é **repartição de competências**? É a **distribuição das competências administrativas, legislativas e tributárias pelos entes da federação** (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios), prevista na Constituição Federal, a partir da utilização da técnica da **predominância do interesse**.

Ensinam Gilmar Mendes, Inocêncio Coelho e Paulo Gustavo Gonet[1] que: "como no Estado Federal há mais de uma ordem jurídica incidente sobre um mesmo território e sobre as mesmas pessoas, impõe-se a adoção de mecanismo que favoreça a eficácia da ação estatal, evitando conflitos e desperdício de esforços e recursos. A repartição de competências entre as esferas do federalismo é o instrumento concebido para esse fim".

Com base nessa ideia inicial, extraímos que a Constituição Federal atribui às entidades federativas as seguintes competências:

a) administrativas: capacidade de atuar concretamente sobre a matéria;

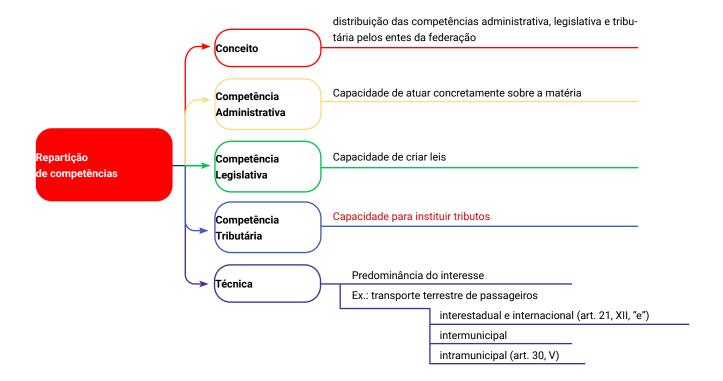
b) legislativas: capacidade para criar leis; e

c) tributárias: capacidade para instituir tributos (o estudo das competências tributárias cabe ao Direito Tributário).

Conforme afirmado, a Constituição Federal se vale da técnica da **predominância do interesse**, para repartir as competências pelos entes federativos. Segundo a técnica da predominância do interesse, à **União** caberão as matérias de **interesse nacional** (arts. 21 e 22), aos **Estados-membros**, as de interesse **regional**, e aos **Municípios**, as questões de predominante interesse **local** (art. 30).

Entidade federativa	Predominante interesse
União	nacional
Estados-membros	regional
Municípios	local

[1] MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional.* 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 801.

A título de exemplo, pensemos no transporte terrestre de passageiros. A quem caberia a regulamentação do transporte **internacional e interestadual** de passageiro? Sem ler a Constituição, podemos afirmar que compete à **União**, tendo em vista o predominante interesse nacional nesse assunto. De fato, é o que está previsto no art. 21, XII, "e". E o transporte **intermunicipal** de passageiros, ligando os Municípios de um determinado Estado-membro, a quem caberia? Ao **Estado-membro,** haja vista se tratar de um assunto de predominante interesse regional. Por fim, a quem caberia a regulamentação do transporte intramunicipal de passageiros? Ao **Município**, considerando o predominante interesse local na matéria, como está previsto no art. 30, V. Compreendeu a técnica da predominância do interesse? Isso facilita demais nossa missão de memorizar a repartição constitucional das competências. Para finalizar essa parte introdutória, vamos a um mapa mental.

Dito isso, vamos trabalhar as competências de cada entidade federativa, começando pela competência da União. Venha comigo!!!

2. Competências da União

As **competências da União** estão enumeradas nos artigos 21 e 22.

O **art. 21 trata das competências administrativas exclusivas da União**. Quando falamos que uma determinada competência é **exclusiva**, é porque ela é **indelegável**.

Considerando a importância de memorizar os artigos citados, passa-se à transcrição:

> **Art. 21.** Compete à União:
> I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
> II – declarar a guerra e celebrar a paz;
> III – assegurar a defesa nacional;
> IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

Perceba que essas competências dizem respeito à relação do Estado brasileiro com outros Países. Isso ocorre porque a República Federativa do Brasil é um ente fictício. Não existem órgãos e servidores do Estado brasileiro. Sendo assim, cabe à União exercer internacionalmente as competências que seriam da República Federativa do Brasil.

Mas cuidado: tal fato não faz da União uma pessoa jurídica de direto público internacional. Quem possui esta natureza de pessoa jurídica de direito público internacional é a República Federativa do Brasil. A União é uma pessoa jurídica de direito público **interno**.

> V – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;
> VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
> VII – emitir moeda;

Algumas competências são fáceis de imaginar a quem cabe, a partir da utilização da técnica da predominância do interesse. Há uma clara predominância de interesse **nacional** no ato de emitir moeda. Portanto, é uma competência da União.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 1 (SMF-RJ/FISCAL DE TRIBUTOS/2010) Compete exclusivamente à União emitir moeda.

COMENTÁRIO

Certo.

Exatamente o que prevê o art. 21, VII.

QUESTÃO 2 (STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/2018) É competência comum da União, dos estados e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

COMENTÁRIO

Errado.

É uma competência da União, segundo o art. 21, VI.

> VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
> IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
> X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

Ora, elaborar e executar planos **nacionais** e manter o correio aéreo **nacional** é uma competência de evidente interesse **nacional**. Portanto, cabe à União.

> XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;
> XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
> a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;
> b) os serviços e as instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
> c) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;
> d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
> e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
> f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

Outra matéria de flagrante interesse nacional, conforme já dissemos, é explorar os serviços de transporte rodoviário **interestadual e internacional** de passageiros. Assim, pela técnica da predominância do interesse, este assunto fica a cargo da **União**.

> XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;

DIRETO DO CONCURSO

Questão 3 (PC-DF/AGENTE/2013) É competência concorrente da União e do DF legislar sobre a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, cabendo à União, no âmbito dessa legislação concorrente, estabelecer normas de caráter geral.

COMENTÁRIO

Errado.

Trata-se de competência da União prevista no art. 21, XIII.

> XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)**

Quando tratamos da organização político-administrativa do Estado brasileiro, afirmei que 6 órgãos que atuam no Distrito Federal são organizados e mantidos pela União, são eles: Poder Judiciário, Ministério Público, polícia civil, polícia militar, polícia penal e corpo de bombeiros militar.

Em decorrência do art. 21, inc. XIV, o STF editou a Súmula Vinculante 39, com o seguinte teor: “compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal”.

> XV – organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

Se é de "âmbito nacional", pela técnica da predominância do interesse, tem que ficar a cargo da União.

> XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;
> XVII – conceder anistia;
> XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
> XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

Perceba mais uma vez a aplicação da técnica da predominância do interesse. Se o sistema é "nacional", sua competência é da União.

> XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
> XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

Reiterando o que disse: se o sistema é "nacional", sua competência é da União.

> XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

Competência esta a cargo da Polícia Federal.

> XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:
> a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;
> b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;
> c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;
> d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;
> XXIV – organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;
> XXV – estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Já o art. 22 traz **as competências legislativas privativas da União**. Quando o *caput* deste art. 22 afirma se tratar de competências **privativas** está orientando o intérprete da Constituição Federal no sentido de que se trata de competências **delegáveis**. A possibilidade de delegação está prevista no parágrafo único deste art. 22 (que veremos mais a frente).

Vejamos, por importante, este art. 22.

> **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
> I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Em consequência da competência da União para legislar privativamente sobre direito penal, foi editada a Súmula Vinculante 46 que diz que "a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União".

> II – desapropriação;

Estes incisos I e II são muito importantes. Para facilitar, temos um mnemônico: CAPACETE DE PM.

C - ivil

A - grário

P - enal

A - eronáutico

C - omercial

E - leitoral

T - rabalho

E - spacial

DE - sapropriação

P - rocessual

M - arítimo

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
V – serviço postal;
VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
VIII – comércio exterior e interestadual;
IX – diretrizes da política nacional de transportes;

Comércio exterior e interestadual, bem como diretrizes da política nacional de transportes evidenciam o predominante interesse nacional.

QUESTÃO 4 (ANTT/NÍVEL SUPERIOR/2013) De acordo com a CF, compete à União, aos estados e aos municípios legislar, concorrentemente, sobre diretrizes da política nacional de transportes.

COMENTÁRIO

Errado.

Trata-se de competência privativa da União, conforme o citado art. 22, IX.

QUESTÃO 5 (STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2018) Em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, compete privativamente à União legislar sobre requisições militares.

COMENTÁRIO

Certo.

Art. 22, III.

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
XI – trânsito e transporte;

Cuidado: a competência para legislar sobre trânsito e transporte é privativa da União, entretanto a competência para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é comum (art. 23, XII).

> XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
> XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;
> XIV – populações indígenas;
> XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
> XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
> XVII – organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;
> XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
> XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;
> XX – sistemas de consórcios e sorteios;

Em consequência do art. 22, inc. XX, foi editada pelo STF a Súmula Vinculante 2, com os seguintes dizeres: "é inconstitucional a lei ou ato normativo Estadual ou Distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias".

QUESTÃO 6 (STF/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2008) O DF, por deter competência normativa relativa aos estados e municípios, poderá, legitimamente, editar ato normativo que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios.

COMENTÁRIO

Errado.

A matéria tratada é de competência privativa da União, segundo o art. 22, XX.

> XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;
> XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;
> XXIII – seguridade social;

Muuuito cuidado: seguridade social é privativa da União, entretanto previdência social é competência concorrente (art. 24, XII).

> XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

Mais uma matéria de evidente interesse nacional, portanto de competência da União.

> XXV – registros públicos;
> XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;
> XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;
> XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;
> XXIX – propaganda comercial.
> Parágrafo único. **Lei complementar** poderá autorizar os **Estados** a legislar sobre **questões específicas** das matérias relacionadas neste artigo.

À luz do parágrafo único do art. 22, **lei complementar** é o instrumento jurídico que viabiliza a delegação para os Estados-membros (e o Distrito Federal) de questões específicas das matérias trazidas pelo art. 22. Alguns pontos merecem destaque:

1) a União não é obrigada a delegar; trata-se de um ato discricionário;
2) se a União optar por delegar, deverá editar uma lei complementar para tanto;
3) esta lei complementar deverá abranger todos os Estados-membros e o Distrito Federal; não pode a União delegar para apenas alguns Estados; ademais, importante ressaltar que não pode delegar para Municípios;
4) não pode delegar toda a matéria, mas apenas questões específicas.

Exemplo: caso a União decida delegar a todos os Estados-membros e ao Distrito Federal a sua competência para legislar sobre direito penal, a lei complementar que efetivar esta delegação não poderá delegar toda a matéria, mas apenas questões específicas do direito penal.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 7 (DNIT/ANALISTA/2012) A União poderá, por meio de lei ordinária, delegar aos Estados e ao Distrito Federal questões específicas acerca das matérias de sua competência legislativa privativa.

Errado.

O instrumento que materializa a delegação é a **lei complementar.**

Questão 8 (ECT/ADVOGADO/2011) A CF atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre serviço postal, admitindo, contudo, que os estados legislem sobre questões específicas a respeito do tema, desde que haja lei complementar autorizadora.

COMENTÁRIO

Certo.

Exatamente o que preveem o art. 22, V, e o seu parágrafo único.

3. Competências Comuns

As competências administrativas comuns estão disciplinadas no art. 23, leiamos:

> **Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

Se a competência é comum, significa que é comum a todas as entidades federativas: União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.

> I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

DIRETO DO CONCURSO

Questão 9 (TRT-17/NÍVEL SUPERIOR/2013) A todos os entes federados compete zelar pela guarda da Constituição e das instituições democráticas.

COMENTÁRIO

Certo.

É o que estabelece o art. 23, I.

> II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
> III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
> IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
> V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
> VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
> VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;
> VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
> IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

DIRETO DO CONCURSO

Questão 10 (MPE-ES/PROMOTOR/2010) É da competência exclusiva da União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

COMENTÁRIO

Errado.

É uma competência comum prevista no art. 23, IX.

> X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
Parágrafo único. **Leis complementares** fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Questão 11 (TCU/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2006) O estabelecimento de uma política de educação para a segurança do trânsito é uma competência privativa da União.

Errado.

É uma competência comum.

Paradigma de chute: chegou a hora da prova, o examinador cobrou repartição de competências e eu não sei responder. E agora? Tenho uma dica: se for "verbos carinhosos" (zelar, cuidar, proteger, preservar), posso chutar competência comum. É um paradigma de chute que pode dar certo (ou não). OK?

4. Competências Concorrentes

Vejamos agora a chamada **competência concorrente**. De antemão, chamo a sua atenção para o fato de que a competência concorrente abrange **a União**, **os Estados e o Distrito Federal** não incluindo, portanto, **os Municípios**.

Art. 24. Compete à **União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente** sobre:
I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Questão 12 (MPE-ES/PROMOTOR/2010) Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.

COMENTÁRIO

Errado.

Legislar sobre direito financeiro é competência concorrente, segundo o art. 24, I.

Questão 13 (PREF. JOÃO PESSOA-PB/AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/2018) Os estados podem legislar de forma concorrente sobre direito tributário.

COMENTÁRIO

Certo.

Art. 24, I.

II – orçamento;

Estes dois primeiros incisos são muito importantes. Para ajudá-lo(a), vamos a um mnemônico: PUTEFO

P - enitenciário

U - rbanístico

T - ributário

E - conômico

F - inanceiro

O - rçamento

DIRETO DO CONCURSO

Questão 14 (MPOG/NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/2013) Em matéria orçamentária, a União exerce competência legislativa concorrente, limitando-se a estabelecer normas gerais.

COMENTÁRIO

Certo.

É o que preveem o art. 24, II, e o seu § 1º, que estudaremos mais a frente.

> III – juntas comerciais;
> IV – custas dos serviços forenses;
> V – produção e consumo;
> VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
> VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
> VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

DIRETO DO CONCURSO

Questão 15 (ECT/ADVOGADO/2011) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor.

COMENTÁRIO

Certo.

De fato, trata-se de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Questão 16 (MPU/TÉCNICO DO MPU/2018) Legislar sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal.

COMENTÁRIO

Certo.

Art. 24, VIII.

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

Cuidado: legislar sobre procedimentos em matéria processual é concorrente da União, dos Estados-membros e do Distrito Federal. Agora, legislar sobre direito processual é competência privativa da União (art. 22, I).

Questão 17 (STF/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2008) Compete à União legislar sobre direito processual, mas não sobre procedimentos em matéria processual, o que seria de competência concorrente entre a União, os estados e o DF.

COMENTÁRIO

Certo.

Muito cuidado com isso! É uma questão clássica. Conforme afirmei, à luz do art. 22, I, compete à União legislar privativamente sobre direito processual. Entretanto, legislar sobre procedimentos em matéria processual é **concorrente**.

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

Questão 18 (ANS/NÍVEL SUPERIOR/2013) A proteção à saúde é matéria de competência legislativa privativa da União.

COMENTÁRIO

Errado.

A proteção e defesa da saúde é matéria de competência **concorrente**.

> XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;
> XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
> XV – proteção à infância e à juventude;
> XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 19 (POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO/2018) É concorrente a competência da União e dos estados para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis dos estados.

COMENTÁRIO

Certo.

Art. 24, XVI.

Questão 20 (POLÍCIA CIVIL-SE/DELEGADO/2018) Compete à União estabelecer normas gerais sobre a organização das polícias civis.

COMENTÁRIO

Certo.

Art. 24, XVI, combinado com o art. 24, § 1º (que estudaremos a seguir).

> § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da **União** limitar-se-á a estabelecer **normas gerais**.
> § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência **suplementar dos Estados**.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 21 (MC/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2013) No âmbito da competência legislativa concorrente, competirá aos municípios o exercício da competência suplementar à legislação federal e municipal, desde que relacionada a assuntos de interesse local.

COMENTÁRIO

Errado.

No âmbito da competência legislativa concorrente, competirá aos **Estados-membros e ao Distrito Federal** o exercício da competência suplementar à legislação federal.

> § 3º **Inexistindo** lei federal sobre normas gerais, **os Estados exercerão a competência legislativa plena**, para atender a suas peculiaridades.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 22 (DPRF/POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/2013) Em se tratando de matéria para a qual se preveja a competência legislativa concorrente, a CF autoriza os estados a exercerem a competência legislativa plena para atenderem a suas peculiaridades se inexistir lei federal sobre normas gerais.

COMENTÁRIO

Certo.

Exatamente o que estabelece o art. 24, § 3º.

Questão 23 (FUNASA/NÍVEL SUPERIOR/2013) Considere que um estado-membro pretenda legislar sobre matéria de interesse público de competência concorrente da União. Se, em análise realizada pela assembleia legislativa, for constatada a inexistência de lei federal que trate de normas gerais a respeito da matéria, o estado-membro poderá exercer a competência legislativa de forma plena, tratando, inclusive, sobre normas gerais.

COMENTÁRIO

Certo.

Exatamente isso. Aliás, cuidado com o art. 24, § 3º, que é muito lembrado nos concursos públicos.

> § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende a eficácia** da lei estadual, no que lhe for contrário.

Em breve resumo, vejamos os parágrafos do art. 24:

1) no âmbito da legislação concorrente, compete a **União estabelecer normas gerais;**
2) aos **Estados-membros e ao Distrito Federal,** compete o estabelecimento de **normas suplementares** (específicas para a realidade de cada ente federado);
3) na ausência da norma geral federal, os Estados e o Distrito Federal passam a possuir **competência plena**. Competência plena significa trazer normas gerais e normas suplementares para atender às suas peculiaridades;
4) se depois a União editar a norma geral federal, as normas gerais estaduais que conflitarem com a norma geral federal terão sua **eficácia suspensa.**

Cuidado: se a prova disser que o advento da norma geral federal revoga a norma geral estadual no que lhe for contrária, estará ERRADO. Não vem ao caso em Direito Constitucional estabelecer a diferença entre revogação e suspensão de eficácia. Mas saibam que se trata de coisas diferente. OK?

Sabemos que não é tarefa fácil assimilar as competências citadas. Para facilitar a sua vida, trago um mapa mental acerca das competências até então estudadas. Vamos lá!!!

Repartição de competências

- **Art. 24**
  - competências legislativas
  - concorrentes
  - União, Estados e DF
  - União: normas gerais
  - Estados e DF: normas suplementares
  - Ausência da norma geral: Estados e DF passam a possuir competência plena
  - Advento da norma geral federal: suspende a eficácia da norma geral estadual/distrital no que lhe for contrária
  - PUTEFO
- **Art. 21**
  - competências administrativas
  - exclusivas
  - União
  - indelegáveis
- **Art. 23**
  - competências administrativas
  - comuns
  - União, Estados, DF e Municípios
  - possibilidade de cooperação por lei complementar (parágrafo único)
  - VERBOS CARINHOSOS
- **Art. 22**
  - competências legislativas
  - privativas
  - União
  - delegáveis (parágrafo único)
    - por lei complementar
    - para Estados e DF (todos)
    - questões específicas
  - CAPACETE DE PM

5. Competências dos Estados-Membros

No caso das competências **dos Estados-membros**, a Constituição Federal reservou a eles a chamada **competência remanescente**, também chamada de **residual ou não enumerada**. Entende-se por competência residual "aquilo que sobra". Isto é, as competências da União estão expressas nos arts. 21 e 22. As competências dos Municípios estão expressas no art. 30. O que "sobra" é de competência dos Estados-membros (residual).

É o que, em outra palavras, está no art. 25, § 1º, que diz que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal. Competências vedadas significa: 1) se é competência da União, a matéria é vedada aos Estados-membros; 2) se

é competência dos Municípios, a matéria é vedada aos Estados-membros. As matérias que sobram pertencem aos Estados (competência residual). Compreendeu?

DIRETO DO CONCURSO

Questão 24 (MPU/TÉCNICO/2013) Na CF, são enumeradas as competências legislativas da União, dos estados e do DF, sendo reservadas aos municípios as competências de caráter residual.

COMENTÁRIO

Errado.

Na verdade, na CF, são enumeradas as competências legislativas da União e dos Municípios, sendo reservadas aos Estados-membros as competências de caráter residual.

Questão 25 (DNIT/ANALISTA/2012) As competências administrativas dos Municípios são residuais, ou seja, lhes compete aquilo que não for das áreas administrativas dos Estados e da União.

COMENTÁRIO

Errado.

Quem possui a competência residual são os Estados-membros.

Questão 26 (TRT-17/NÍVEL SUPERIOR/2013) De acordo com a CF, os estados-membros possuem competência legislativa residual.

COMENTÁRIO

Certo.

Exatamente isso!!!

Agora, muito cuidado com o que eu vou dizer: os Estados-membros possuem, também, competências expressas. É o que nos trazem os parágrafos 2º e 3º deste mesmo art. 25, vejamos:

> **Art. 25. § 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado**, na forma da lei, **vedada a edição de medida provisória** para a sua regulamentação.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 27 (TRE-BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2010) Em caso de urgência, a exploração dos serviços de gás canalizado em determinado estado poderá ser regulamentada por medida provisória editada pelo governador.

COMENTÁRIO

Errado.

É vedada medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços de gás canalizado em determinado estado.

Questão 28 (AGU/AGENTE ADMINISTRATIVO/2010) Segundo a CF, o serviço público de distribuição de gás canalizado é privativo da União.

COMENTÁRIO

Errado.

É competência expressamente atribuída aos Estados-membros.

Questão 29 (TCU/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2006) A exploração dos serviços locais de gás canalizado pode ser feita pelos Estados, desde que a União, mediante instrumento próprio, faça uma autorização, concessão ou permissão para a sua execução.

COMENTÁRIO

Errado.

A exploração dos serviços locais de gás canalizado é competência expressamente atribuída aos Estados-membros.

> **Art. 25. § 3º** Os **Estados** poderão, mediante **lei complementar**, **instituir regiões metropolitanas**, **aglomerações urbanas e microrregiões**, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Ou seja, são **competências expressas dos Estados-membros:**

1) explorar os serviços locais de gás canalizado; e
2) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 30 (ANCINE/NÍVEL SUPERIOR/2013) Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes somente podem ser instituídas por meio de emenda constitucional.

COMENTÁRIO

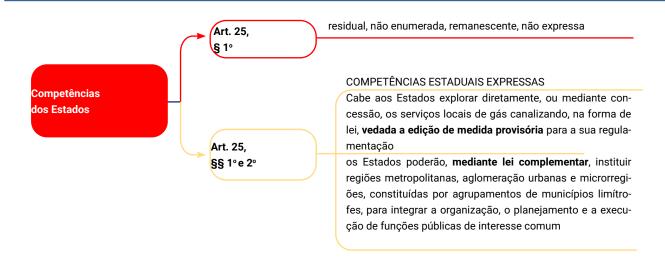
Errado.

Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes podem ser instituídas por meio de **lei complementar estadual.**

Questão 31 (AGU/PROCURADOR FEDERAL/2013) A fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, o Poder Executivo estadual pode, mediante ato administrativo, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

COMENTÁRIO

Errado.

A fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, o Poder Executivo estadual pode, mediante **lei complementar**, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

6. Competências do Distrito Federal

O **Distrito Federal** possui a chamada **competência cumulativa** dos Estados-membros e Municípios, vejamos:

> **Art. 32.**, § 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas **reservadas aos Estados e Municípios**.

DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 32 (MF/ANALISTA TRIBUTÁRIO/2012) Ao Distrito Federal são atribuídas apenas as competências legislativas reservadas aos Estados.

COMENTÁRIO

Errado.

Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

QUESTÃO 33 (PG-DF/PROCURADOR/2013) A Câmara Legislativa do DF abarca tão somente as competências das assembleias legislativas estaduais.

COMENTÁRIO

Errado.

A Câmara Legislativa do DF abarca as competências das assembleias legislativas estaduais e das câmaras de vereadores municipais.

Não se pode afirmar, todavia, que todas as competências dos Estados-membros foram atribuídas ao Distrito Federal. Temos que tomar muito cuidado com os incisos XIII e XIV do art. 21, segundo os quais a competência para organizar e manter **o Poder Judiciário, o Ministério Público, a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiros militar e a polícia penal do Distrito Federal é da União.**

Questão 34 (STF/NÍVEL SUPERIOR/2013) A CF atribui ao Distrito Federal competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, como, por exemplo, a de organizar seu Ministério Público.

COMENTÁRIO

Errado.

A CF atribui ao Distrito Federal competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, como regra; mas aí não se inclui a de organizar o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, competência esta da União.

7. Competências dos Municípios

As competências dos Municípios estão expressamente citadas no art. 30, vejamos:

> **Art. 30. Compete aos Municípios:**
> I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Perceba a marca da técnica da predominância do interesse: cabe aos Municípios as matérias de predominante interesse local.

> II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Questão 35 (TCE-GO/AUDITOR/2007) Compete aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

COMENTÁRIO

Certo.

É o que prevê o art. 30, inc. II.

> III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
> IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
> V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

DIRETO DO CONCURSO

Questão 36 (MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/2013) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou mediante concessão ou permissão, serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial.

COMENTÁRIO

Certo.

É o que estabelece o art. 30, inc. V.

VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 37 (TCE-GO/AUDITOR/2007) Compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local e do meio ambiente, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

COMENTÁRIO

Certo.

É a transcrição do art. 30, inc. IX.

Súmula Vinculante 38: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS

1) ADI 4.579: A lei estadual não pode impor o comparecimento de representante de uma entidade federal, no caso, a Ordem dos Advogados do Brasil, para integrar órgão da Admi-

nistração Pública estadual, sob pena de ofensa à autonomia dos entes federativos (artigo 18 da Constituição Federal).
[ADI 4.579, rel. min. Luiz Fux, j. 13-2-2020, P, DJE de 28-4-2020.]

2) RE: 199.553: Lei municipal, que determina que o reajuste da remuneração dos servidores do Município fica vinculado automaticamente à variação do IPC, é inconstitucional, por atentar contra a autonomia do Município em matéria que diz respeito a seu peculiar interesse.
[RE 145.018, rel. min. Moreira Alves, j. 1º-4-1993, P, DJ de 10-9-1993.]
= RE 199.553 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 22-5-2012, 1ª T, DJE de 13-6-2012A

3) ADI 2.729: (...) a competência privativa da União para "autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico" também engloba outros aspectos inerentes ao material bélico, como sua circulação em território nacional. (...) regulamentações atinentes ao registro e ao porte de arma também são de competência privativa da União, por ter direta relação com a competência de "autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico" – e não apenas por tratar de matéria penal, cuja competência também é privativa da União (art. 22, I, da CF). Nesse sentido, compete privativamente à União, e não aos Estados, determinar os casos excepcionais em que o porte de arma de fogo não configura ilícito penal, matéria prevista no art. 6º da Lei 10.826/2003.
[ADI 2.729, voto do rel. p/ o ac. min. Gilmar Mendes, j. 19-6-2013, P, DJE de 12-2-2014.]

4) ADI 3.193: A competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas e em situação irregular.
[ADI 3.258, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 6-4-2005, P, DJ de 9-9-2005.]
= ADI 3.193, rel. min. Marco Aurélio, j. 9-5-2013, P, DJE de 6-8-2013

5) ADPF 222: Lei 5.309/2010, do município de Cuiabá/MT. Entrega e distribuição de correspondências. Proibição de entrega em determinado horário, sob pena de multa e cancelamento do alvará de funcionamento. Competência privativa da união para legislar e

administrar serviço postal: inc. V do art. 22 e inc. X do 21 da Constituição da República. Lei municipal inconstitucional.
[ADPF 222, rel. min. Cármen Lúcia, j. 13-9-2019, P, DJE de 2-10-2019.]

6) ADI 5.574: Lei Estadual 10.519/2015 do Estado da Paraíba. Bloqueio de aparelhos celulares pelas operadoras nas hipóteses de furto e roubo. Competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações. (...) No caso dos autos, apesar de estar se discutindo a constitucionalidade do bloqueio de aparelhos celulares nas hipóteses de furto e roubo, resta claro que a finalidade da norma é justamente possibilitar o bloqueio de sinal de telecomunicações e/ou radiocomunicações (...).
[ADI 5.574, rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2019, P, DJE de 15-10-2019.]

7) ADI 5.830: A Lei 16.291/2017 do Estado do Ceará, ao instituir a obrigação de as operadoras de telefonia fixa e móvel disponibilizarem, em seus sítios eletrônicos, extrato detalhado de conta das chamadas telefônicas e serviços utilizados na modalidade de recarga de créditos por pagamento antecipado (plano pré-pago), tal qual é feito nos planos pós-pagos, sob pena de multa, invadiu a competência legislativa e administrativa da União para a disciplina e a prestação dos serviços públicos de telecomunicações (artigos 21, XI, e 22, IV, da Constituição Federal).
[ADI 5.830, rel. min. Luiz Fux, j. 30-8-2019, P, DJE de 28-11-2019.]

8) ADI 4.908: O instrumento pelo qual a prestadora de serviços de telefonia oferece benefícios a seus usuários, exigindo, em contrapartida, que permaneçam a ela vinculados por um prazo mínimo, não se confunde com o termo de adesão do usuário a plano de serviço de telecomunicações, tampouco o integra, consubstanciando típica relação de consumo. Ao impor o cancelamento da multa contratual de fidelidade quando o usuário de serviços de telefonia celular ou fixa comprovar que perdeu o vínculo empregatício após a adesão ao contrato, a Lei 6.295/2012 do Estado do Rio de Janeiro disciplina relação jurídica tipicamente consumerista, ainda que realizada paralelamente a contrato de prestação de serviço de telefonia. Os efeitos da medida esgotam-se na relação entre o consumidor-usuário e o fornecedor-prestador do serviço público, não interferindo no conteúdo dos contratos administrativos firmados no âmbito federal para prestação do serviço público.

Implementada norma de proteção ao consumidor que, rigorosamente contida nos limites do art. 24, V, da Carta Política, em nada interfere no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços ou no equilíbrio dos contratos administrativos, inocorrente usurpação da competência legislativa privativa da União, e, consequentemente, afronta aos arts. 1º, 21, IX, 22, IV, e 175 da Constituição da República.
[ADI 4.908, rel. min. Rosa Weber, j. 11-4-2019, P, DJE de 6-5-2019.]

9) ADI 5.253: A Lei 13.189, de 4 de julho de 2014, do Estado da Bahia, ao criar obrigação para as operadoras do serviço móvel pessoal, consistente na instalação e na manutenção de bloqueadores de sinais de radiocomunicações (BSR) nos estabelecimentos penais de todo o Estado, com o objetivo de impedir a comunicação por telefones móveis no interior dos referidos estabelecimentos, dispôs a respeito de serviços de telecomunicações, matéria da competência legislativa privativa da União, na forma do art. 22, IV, da CF.
[ADI 5.253, rel. min. Dias Toffoli, j. 3-8-2016, P, DJE de 1º-8-2017.]

10) ADI 4.715: Ante lei estadual que veio a dispor sobre validade de crédito de celular pré-pago, projetando-o no tempo, surge relevante argumentação no sentido de competir à União legislar sobre telecomunicação.
[ADI 4.715 MC, rel. min. Marco Aurélio, j. 7-2-2013, P, DJE de 19-8-2013.]
= ADI 4.649, rel. min. Dias Toffoli, j. 1º-7-2016, P, DJE de 12-8-2016

11) ADPF 235: (...) é formalmente inconstitucional a Lei 416/08, do Município de Augustinópolis/TO, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária no âmbito do território do Município, mercê da inexistência, na sistemática jurídico-constitucional atual, de espaço para que o legislador local busque tratar geral e abstratamente sobre o tema da exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
[ADPF 235, rel. min. Luiz Fux, j. 14-8-2019, P, DJE de 30-8-2019.]

12) ADI 2.299: (...) lei do Estado do Rio Grande do Sul que isenta trabalhadores desempregados do pagamento do consumo de energia elétrica e de água pelo período de seis

meses. Configurada violação aos arts. 21, XII, b; 22, IV e 30, I e V, CF, pois a lei estadual afronta o esquema de competências legislativa e administrativa previsto na Constituição.
[ADI 2.299, rel. min. Roberto Barroso, j. 23-8-2019, P, DJE de 13-12-2019.]

13) ADI 5.610: Os prazos e valores referentes à religação do fornecimento de energia elétrica não apenas já estão normatizados na legislação setorial pertinente, como o quantum pelo serviços cobráveis e visitas técnicas submetem-se à homologação da ANEEL, razão pela qual não remanesce, sob esse prisma, qualquer espaço para a atuação legislativa estadual, mercê de, a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor, o ente federativo tornar sem efeito norma técnica exarada pela agência reguladora competente.
[ADI 5.610, rel. min. Luiz Fux, j. 8-8-2019, P, DJE de 20-11-2019.]

14) ADI 4.338: Ao estender a aplicação do direito distrital ao transporte de passageiros realizado entre o Distrito Federal e a região do Entorno, transcendendo os limites territoriais do ente federado, o art. 2º da Lei 4.112/2008 do Distrito Federal invade a competência da União para explorar e regular o transporte interestadual de passageiros, ainda que de feição urbana.
[ADI 4.338, rel. min. Rosa Weber, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

15) Súmula Vinculante 39: Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

16) ADI 158: Os Estados-membros e o Distrito Federal não dispõem de competência para legislar sobre horário de verão, eis que falece a qualquer ente federado competência legislativa para dispor sobre o seu próprio horário, considerada a dimensão nacional que qualifica essa particular atribuição que a Constituição da República outorgou, em regime de exclusividade, à União Federal, sob pena de entendimento em sentido contrário gerar a possibilidade anárquica de o Brasil vir a submeter-se a tantas horas oficiais quantas forem as unidades da Federação.
[ADI 158, rel. min. Celso de Mello, j. 1º-8-2018, P, DJE de 28-8-2018.]

17) ADI 6.149: Cumpre à União legislar sobre a jornada de trabalho, sendo incompatível com a Constituição a legislação estadual que, extrapolando o conteúdo da delegação legislativa estabelecida em Lei Complementar Federal (no caso, a Lei Complementar Federal 103/2000), estipule, para determinadas categorias profissionais, jornada de trabalho diferente daquela disposta na legislação federal. A atribuição de poder fiscalizatório e sancionatório pelo Poder Público Estadual em matéria de Direito do Trabalho contraria a competência exclusiva da União para organizar, manter e executar a inspeção do trabalho (CF, art. 21, XXIV).
[ADI 6.149, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 29-11-2019, P, DJE de 18-12-2019.]

18) Súmula Vinculante 46: A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

19) ADI 3.671: Obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores. Inconstitucionalidade. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte bem como sobre direito do trabalho.
[ADI 3.671, rel. min. Gilmar Mendes, j. 21-2-2020, P, DJE de 20-3-2020.]

20) ADI 5.838: Lei 5.694/2016 do Distrito Federal. Obrigatoriedade de doação de alimentos com prazo de validade próximo ao fim. (...) Norma que determina a destinação de bens particulares dispõe sobre direito de propriedade e tem natureza de direito civil, não podendo ser validamente emitida por ente federado.
[ADI 5.838, rel. min. Gilmar Mendes, j. 20-11-2019, P, DJE de 9-12-2019.]

21) ADI 5.799: A Lei 10.335/2016 do Estado do Mato Grosso, ao estabelecer isenção ampla para determinados usuários da produção intelectual, permitindo a utilização gratuita de obras alheias (privadas) por parte das instituições filantrópicas, as associações, as fundações e entidades oficialmente declaradas de utilidade pública, sem fins lucrativo, invadiu, indevidamente, a competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I). O benefício produz reflexos (restritivos) no domínio da produção intelectual, pertencente

ao criador de obra, traduzindo, assim, indisfarçada limitação ao direito de propriedade, matéria inserida na competência privativa da União.
[ADI 5.799, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 27-9-2019, P, DJE de 15-10-2019.]

22) ADI 5.739: Lei 7.524, de 14 de fevereiro de 2017, do Estado do Rio de Janeiro. Registro obrigatório de acidentes de trabalho com lesão, ferimento ou morte. CNI – Confederação Nacional da Indústria. (...) A norma estadual, ao criar uma obrigação ao empregador para além daquela do art. 21 da Lei 8.213/91 e da faculdade constante no art. 5º, § 3º, do CPP, ofende a regra de competência privativa da União para legislar sobre 'direito processual' e 'direito do trabalho' (CR, art. 22), assim como a competência material da União para "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho" (CR, art. 21, XXIV).
[ADI 5.739, rel. min. Edson Fachin, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

23) ADI 5.876: A Lei 17.115/2017 do Estado de Santa Catarina, ao reconhecer a profissão de condutor de ambulância, bem como estabelecer condicionantes ao exercício da atividade de remoção de acidentados e/ou deslocamento de pacientes em ambulâncias, disciplina matéria de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I e XVI).
[ADI 5.876, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

24) ADI 5.800: a Lei 92/2010 do Estado do Amazonas estabeleceu a gratuidade para a execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas por associações, fundações ou instituições filantrópicas e aquelas oficialmente declaradas de utilidade pública estadual, sem fins lucrativos. Ao estipular hipóteses em que não se aplica o recolhimento dos valores pertinentes aos direitos autorais, fora do rol da Lei federal 9.610/1998, a lei estadual usurpou competência privativa da União e alijou os autores das obras musicais de seu direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução das obras ou do reconhecimento por sua criação.
[ADI 5.800, rel. min. Luiz Fux, j. 8-5-2019, P, DJE de 22-5-2019.]

25) ADI 4.820: A Lei 1.696/2012 do Estado do Amapá, ao instituir um feriado religioso estadual, usurpou a competência da União para legislar sobre direito do trabalho, uma vez que 'implícito ao poder privativo da União de legislar sobre direito do trabalho está o de

decretar feriados civis, mediante lei federal ordinária, por envolver tal iniciativa consequências nas relações empregatícias e salariais' (ADI 3.069, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ de 16/12/05). No exercício de sua competência para legislar sobre o tema, a União promulgou a Lei 9.093/1995, que estabelece que os Estados-membros somente poderão decretar como feriado a 'data magna' de criação da unidade estadual. O valor histórico, cultural e religioso da data não é argumento apto a justificar invasão da competência privativa da União para dispor sobre feriados, mantida a possibilidade de reconhecimento estadual como data comemorativa local.
[ADI 4.820, rel. min. Dias Toffoli, j. 20-9-2018, P, DJE de 3-12-2018.]

26) ADI 3.207: A Lei 12.562/2004 do Estado de Pernambuco trata da operacionalização dos contratos de seguros atinentes à área da saúde, interferindo nas relações contratuais estabelecidas entre médicos e empresas. Consequentemente, tem por objeto normas de direito civil e de seguros, temas inseridos no rol de competências legislativas privativas da União (art. 22, I e VII, da CF). Os planos de saúde são equiparados à lógica dos contratos de seguro.
[ADI 3.207, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 12-4-2018, P, DJE de 25-4-2018.]

27) ADI 451: Lei estadual que impõe a prestação de serviço segurança em estacionamento a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento é inconstitucional, quer por violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil, quer por violar a livre iniciativa.
[ADI 451, rel. min. Roberto Barroso, j. 1º-8-2017, P, DJE de 9-3-2018.]

28) ADI 5.574: Lei Estadual 10.519/2015 do Estado da Paraíba. Bloqueio de aparelhos vergcelulares pelas operadoras nas hipóteses de furto e roubo. Competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações. (...) No caso dos autos, apesar de estar se discutindo a constitucionalidade do bloqueio de aparelhos celulares nas hipóteses de furto e roubo, resta claro que a finalidade da norma é justamente possibilitar o bloqueio de sinal de telecomunicações e/ou radiocomunicações (...).
[ADI 5.574, rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2019, P, DJE de 15-10-2019.]

29) ADI 5.830: A Lei 16.291/2017 do Estado do Ceará, ao instituir a obrigação de as operadoras de telefonia fixa e móvel disponibilizarem, em seus sítios eletrônicos, extrato detalhado de conta das chamadas telefônicas e serviços utilizados na modalidade de recarga de créditos por pagamento antecipado (plano pré-pago), tal qual é feito nos planos pós-pagos, sob pena de multa, invadiu a competência legislativa e administrativa da União para a disciplina e a prestação dos serviços públicos de telecomunicações (artigos 21, XI, e 22, IV, da Constituição Federal).
[ADI 5.830, rel. min. Luiz Fux, j. 30-8-2019, P, DJE de 28-11-2019.]

30) ADI 4.401: ei 18.721/2010 do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre o fornecimento de informações por concessionária de telefonia fixa e móvel para fins de segurança pública. Competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.
[ADI 4.401, rel. min. Gilmar Mendes, j. 30-8-2019, P, DJE de 28-11-2019.]

31) ADI 2.299: (...) lei do Estado do Rio Grande do Sul que isenta trabalhadores desempregados do pagamento do consumo de energia elétrica e de água pelo período de seis meses. Configurada violação aos arts. 21, XII, b; 22, IV e 30, I e V, CF, pois a lei estadual afronta o esquema de competências legislativa e administrativa previsto na Constituição.
[ADI 2.299, rel. min. Roberto Barroso, j. 23-8-2019, P, DJE de 13-12-2019.]

32) ADPF 235: (...) é formalmente inconstitucional a Lei 416/08, do Município de Augustinópolis/TO, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária no âmbito do território do Município, mercê da inexistência, na sistemática jurídico-constitucional atual, de espaço para que o legislador local busque tratar geral e abstratamente sobre o tema da exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
[ADPF 235, rel. min. Luiz Fux, j. 14-8-2019, P, DJE de 30-8-2019.]

33) ADI 5.610: Os prazos e valores referentes à religação do fornecimento de energia elétrica não apenas já estão normatizados na legislação setorial pertinente, como o quantum pelo serviços cobráveis e visitas técnicas submetem-se à homologação da ANEEL, razão pela qual não remanesce, sob esse prisma, qualquer espaço para a atuação legis-

lativa estadual, mercê de, a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor, o ente federativo tornar sem efeito norma técnica exarada pela agência reguladora competente.
[ADI 5.610, rel. min. Luiz Fux, j. 8-8-2019, P, DJE de 20-11-2019.]

34) ADI 4.908: O instrumento pelo qual a prestadora de serviços de telefonia oferece benefícios a seus usuários, exigindo, em contrapartida, que permaneçam a ela vinculados por um prazo mínimo, não se confunde com o termo de adesão do usuário a plano de serviço de telecomunicações, tampouco o integra, consubstanciando típica relação de consumo. Ao impor o cancelamento da multa contratual de fidelidade quando o usuário de serviços de telefonia celular ou fixa comprovar que perdeu o vínculo empregatício após a adesão ao contrato, a Lei 6.295/2012 do Estado do Rio de Janeiro disciplina relação jurídica tipicamente consumerista, ainda que realizada paralelamente a contrato de prestação de serviço de telefonia. Os efeitos da medida esgotam-se na relação entre o consumidor-usuário e o fornecedor-prestador do serviço público, não interferindo no conteúdo dos contratos administrativos firmados no âmbito federal para prestação do serviço público. Implementada norma de proteção ao consumidor que, rigorosamente contida nos limites do art. 24, V, da Carta Política, em nada interfere no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços ou no equilíbrio dos contratos administrativos, inocorrente usurpação da competência legislativa privativa da União, e, consequentemente, afronta aos arts. 1º, 21, IX, 22, IV, e 175 da Constituição da República.
[ADI 4.908, rel. min. Rosa Weber, j. 11-4-2019, P, DJE de 6-5-2019.]

35) ADI 5.961: Atendidos os parâmetros alusivos à razoabilidade, surge constitucional norma estadual a versar proibição de as empresas concessionárias de serviços públicos suspenderem, ausente pagamento, fornecimento residencial de água e energia elétrica em dias nela especificados, ante a competência concorrente dos Estados para legislar sobre proteção aos consumidores – artigo 24, inciso V, da Constituição Federal.
[ADI 5.961, rel. p/ o ac. min. Marco Aurélio, j. 19-12-2018, P, DJE de 26-6-2019.]

36) ADPF 222: Lei 5.309/2010, do município de Cuiabá/MT. Entrega e distribuição de correspondências. Proibição de entrega em determinado horário, sob pena de multa e cancelamento do alvará de funcionamento. Competência privativa da união para legislar

e administrar serviço postal: inc. V do art. 22 e inc. X do 21 da Constituição da República. Lei municipal inconstitucional.
[ADPF 222, rel. min. Cármen Lúcia, j. 13-9-2019, P, DJE de 2-10-2019.]

37) ADI 5.173: A competência para legislar sobre planos de saúde é privativa da União. Ainda que a Lei federal 9.656/1998 preceitue a prévia comunicação aos usuários sobre alteração da rede credenciada, não pode Lei estadual impor meio e forma para o cumprimento de tal dever, por não dispor de competência concorrente quanto à matéria.
[ADI 5.173, rel. min. Gilmar Mendes, j. 6-12-2019, P, DJE de 17-12-2019.]

38) ADI 4.704: O artigo 22, VII, da Constituição Federal dispõe que compete privativamente à União legislar sobre seguros, a fim de garantir uma coordenação centralizada das políticas de seguros privados e de regulação das operações, que assegurem a estabilidade do mercado, impedindo os Estados de legislarem livremente acerca das condições e coberturas praticadas pelas seguradoras.
[ADI 4.704, rel. min. Luiz Fux, j. 21-3-2019, P, DJE de 4-4-2019.]

39) ADI 5.774: Lei 20.805/2013 do Estado de Minas Gerais. Limitação do credenciamento de clínicas para realização de exames de aptidão física, mental e de avaliação psicológica. (...) A norma impugnada, ao limitar o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas (...) a um critério demográfico (proporção de um estabelecimento para cada quarenta mil eleitores), invadiu a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, da CF).
[ADI 5.774, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 20-9-2019, P, DJE de 3-10-2019.]

40) ADPF 514: Verifica-se a invasão da competência da União pelo Município de Santos para legislar sobre transporte de animais, matéria exaustivamente disciplinada no âmbito federal.

41) RE 1.054.110: A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e no exercício de sua competência para regula-

mentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988, art. 22, XI).
[RE 1.054.110, rel. min. Roberto Barroso, j. 9-5-2019, P, DJE de 6-9-2019, Tema 697.]

42) ADI 3.870: A Lei Estadual 12.547, de 31 de janeiro de 2007, do Estado de São Paulo, dispensa músicos que participem de shows e espetáculos que se realizem naquele estado da apresentação da Carteira da Ordem dos Músicos do Brasil, além de prever punições para quem exigir o documento. (...) A competência para legislar sobre condições para o exercício de profissões é privativa da União. (...) Não cabe à lei estadual regular as condições para o exercício da profissão de músico, mesmo que a pretexto de garantir a livre atuação dos artistas.
[ADI 3.870, rel. min. Roberto Barroso, j. 27-9-2019, P, DJE de 24-10-2019.]

43) ADI 5.876: A Lei 17.115/2017 do Estado de Santa Catarina, ao reconhecer a profissão de condutor de ambulância, bem como estabelecer condicionantes ao exercício da atividade de remoção de acidentados e/ou deslocamento de pacientes em ambulâncias, disciplina matéria de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I e XVI).
[ADI 5.876, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

44) ADI 158: s Estados-membros e o Distrito Federal não dispõem de competência para legislar sobre horário de verão, eis que falece a qualquer ente federado competência legislativa para dispor sobre o seu próprio horário, considerada a dimensão nacional que qualifica essa particular atribuição que a Constituição da República outorgou, em regime de exclusividade, à União Federal, sob pena de entendimento em sentido contrário gerar a possibilidade anárquica de o Brasil vir a submeter-se a tantas horas oficiais quantas forem as unidades da Federação.
[ADI 158, rel. min. Celso de Mello, j. 1º-8-2018, P, DJE de 28-8-2018.]

45) Súmula Vinculante 2: É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

46) ADI 5.341: O afastamento, por lei estadual, das exigências de revalidação de diploma obtido em instituições de ensino superior dos países membros do Mercosul para a concessão de benefícios e progressões a servidores públicos invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, CRFB). Do mesmo modo, a extensão da possibilidade de utilização de títulos oriundos de instituições de ensino de países pertencentes ao Mercosul não validados no Brasil para além das atividades de docência e pesquisa vai de encontro ao estabelecido no Decreto 5.518/2005.

47) ADI 3.713: Na forma da jurisprudência do Supremo, compete à União legislar sobre 'diretrizes e bases da educação nacional' – artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal –, incluída a disciplina relativa à confecção, emissão e registro de diplomas por instituições de ensino superior.
[ADI 3.713, rel. min. Marco Aurélio, j. 15-5-2019, P, DJE de 7-6-2019.]

48) ADI 4.658: Usurpa a competência da União para legislar sobre normais gerais de licitação norma estadual que prevê ser dispensável o procedimento licitatório para aquisição por pessoa jurídica de direito interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, e que tenha sido criado especificamente para este fim específico, sem a limitação temporal estabelecida pela Lei 8.666/1993 para essa hipótese de dispensa de licitação.
[ADI 4.658, rel. min. Edson Fachin, j. 25-10-2019, P, DJE de 11-11-2019.]

49) ADI 4.748: Ao se determinar que o poder público adquira o mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens e serviços definidos em sistema de registro de preços, na Lei estadual se invadiu a competência privativa da União para estabelecer normas gerais sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, prevista no inc. XXVII do art. 22 da Constituição da República. No § 4º do art. 15 da Lei 8.666/1993 se dispõe que 'a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a

utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições'.
[ADI 4.748, rel. min. Cármen Lúcia, j. 11-9-2019, P, DJE de 27-9-2019.]

50) ADI 4.606: As providências enumeradas no art. 23, XI, da CF – registro, fiscalização e acompanhamento – possibilitam o controle pelos demais entes federativos das quotas-partes repassadas a título de compensação financeira pelos órgãos federais, com a possibilidade de criação de obrigações administrativas instrumentais, a serem observadas pelas concessionárias instaladas nos respectivos territórios. Os Estados, Distrito Federal e Municípios não possuem competência para definir as condições de recolhimento das compensações financeiras de sua titularidade, ou mesmo para arrecadá-las diretamente, por intermédio de seus órgãos fazendários. Extrapola a competência comum do art. 23, XI, da CF a instituição de infrações e penalidades pelo atraso no pagamento das compensações financeiras (obrigação principal), bem como sua arrecadação diretamente pela Secretaria de Fazenda Estadual.
[ADI 4.606, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 28-2-2019, P, DJE de 6-5-2019.]

51) ADI 3.499: O artigo 23, parágrafo único, da Constituição Federal reservou à lei complementar a disciplina da cooperação interfederativa, mas não veda que União, Estados, Municípios e Distrito Federal recorram à utilização de instrumentos negociais para a salutar racionalização e coordenação das suas atividades, em conformidade com a perspectiva consensual e pragmática da Administração Pública contemporânea em sua vertente gerencial.
[ADI 3.499, rel. min. Luiz Fux, j. 30-8-2019, P, DJE de 5-12-2019.]

52) ADI 4.845: É inconstitucional lei estadual que disciplina a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa da matriz geral estabelecida pelo Código Tributário Nacional.
[ADI 4.845, rel. min. Roberto Barroso, j. 13-2-2020, P, DJE de 4-3-2020.]

53) ADI 6.193: Competência concorrente para a matéria (CF, art. 24). O inciso II do art. 13-A da Lei Federal 10.671/2003 estabelece condições gerais de acesso e permanência

do torcedor em recintos esportivos, entre as quais a de não portar bebidas proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência, não particularizando, entretanto, quais seriam essas bebidas. Inexistência de vedação geral e absoluta. Possibilidade de o legislador estadual, no exercício de sua competência concorrente complementar, e observadas as especificidades locais, regulamentar a matéria. Respeito à razoabilidade e proporcionalidade na regulamentação estadual. Permissão somente de bebidas não destiladas com teor alcoólico inferior a 14%, igualmente autorizadas nos grandes eventos mundiais de futebol e outros esportes, inclusive na Copa do Mundo organizada pela FIFA e nas Olimpíadas. A permissão veiculada pela legislação impugnada não envolve um risco social maior do que aquele decorrente da proibição, pois a ausência da comercialização de bebidas de menor teor alcoólico dentro dos estádios acaba gerando o consumo de todos os tipos de bebidas – inclusive aquelas com elevado teor alcoólico – nas imediações dos eventos esportivos. A Lei Estadual 10.524/2017, ao dispor sobre a comercialização e o consumo de bebidas não destiladas com baixo teor alcoólico em estádios de futebol, traduziu normatização direcionada ao torcedor-espectador, equiparado pelo § 3º do art. 42 da Lei Federal 9.615/1998, para todos os efeitos legais, ao consumidor, sujeito de direitos definido na Lei Federal 8.078/1990.
[ADI 6.193, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 6-3-2020, P, DJE de 2-4-2020.]

54) ADI 5.568: Tratando-se de norma de natureza de direito do consumidor do serviço de telecomunicações e havendo conflito entre a disciplina federal e a estadual, deve aquela prevalecer. A norma federal, nestes casos, serve à homogeneidade regulatória, afastando a competência dos Estados. A ANATEL, entidade reguladora do setor, no exercício de sua competência normativa prevista nos arts. 19 e 22 da Lei 9.472/97, editou a Resolução 632/2014, que trata do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações. Segundo o art. 51 do RDC, o fornecimento do contrato pode ser por meio eletrônico, enquanto a norma estadual impugnada obriga o envio por meio de carta registrada. Assim, sobressai a competência da União, nos termos do art. 24, §4º (...).
[ADI 5.568, rel. p/ o ac. min. Edson Fachin, j. 27-9-2019, P, DJE de 15-10-2019.]

55) ADI 5.572: Lei Estadual 18.752/2016 do Estado do Paraná. (...) ao obrigar que fornecedores de serviço de internet demonstrem para os consumidores a verdadeira corres-

pondência entre os serviços contratados e os efetivamente prestados, não tratou diretamente de legislar sobre telecomunicações, mas sim de direito do consumidor. Isso porque o fato de trazer a representação da velocidade de internet, por meio de gráficos, não diz respeito à matéria específica de contratos de telecomunicações, tendo em vista que tal serviço não se enquadra em nenhuma atividade de telecomunicações definida pelas Leis 4.117/1962 e 9.472/1997. Trata-se, portanto, de norma sobre direito do consumidor que admite regulamentação concorrente pelos Estados-Membros, nos termos do art. 24, V, da Constituição Federal.
[ADI 5.572, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

56) ADI 5.833: Lei Estadual 7.620/2017 do Estado do Rio de Janeiro. (...) ao estabelecer tempo máximo de espera para atendimento de consumidor em loja de operadora de telefonia, não tratou diretamente de legislar sobre telecomunicações, mas sim de direito do consumidor. Isso porque o fato de regulamentar o tempo de espera para atendimento não diz respeito à matéria específica de contrato de telecomunicação, tendo em vista que tal serviço não se enquadra em nenhuma atividade de telecomunicações definida pelas Leis 4.117/1962 e 9.472/1997. Trata-se, portanto, de norma sobre direito do consumidor que admite regulamentação concorrente pelos Estados-Membros, nos termos do art. 24, V, da Constituição Federal.
[ADI 5.833, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

57) ADI 3.874: Lei fluminense que proíbe a cobrança pelos estabelecimentos de ensino sediados no Estado do Rio de Janeiro, por provas de segunda-chamada, provas finais ou equivalentes, não podendo os estudantes ser impedidos de fazer provas, testes, exames ou outras formas de avaliação, por falta de pagamento prévio. Ao estabelecer regras protetivas dos estudantes mais amplas do que as federais, quanto à cobrança por provas de segunda chamada ou finais, o Estado do Rio de Janeiro atuou dentro da área de sua competência concorrente para legislar sobre direito do consumidor e educação (art. 24, inciso V e IX).
[ADI 3.874, rel. min. Roberto Barroso, j. 23-8-2019, P, DJE de 9-9-2019.]

58) ADI 5.745: Legislação que impõe obrigação de informar o consumidor acerca da identidade de funcionários que prestarão serviços de telecomunicações e internet, em sua residência ou sede, constitui norma reguladora de obrigações e responsabilidades referentes a relação de consumo, inserindo-se na competência concorrente do artigo 24, V e VIII, da Constituição da República.
[ADI 5.745, rel. p/ o ac. min. Edson Fachin, j. 7-2-2019, P, DJE de 19-2-2019.]

59) ADI 5.961: Atendidos os parâmetros alusivos à razoabilidade, surge constitucional norma estadual a versar proibição de as empresas concessionárias de serviços públicos suspenderem, ausente pagamento, fornecimento residencial de água e energia elétrica em dias nela especificados, ante a competência concorrente dos Estados para legislar sobre proteção aos consumidores – artigo 24, inciso V, da Constituição Federal.
[ADI 5.961, rel. p/ o ac. min. Marco Aurélio, j. 19-12-2018, P, DJE de 26-6-2019.]

60) ADI 4.633: A obrigação para as agências e os postos de serviços bancários de instalar divisórias individuais entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento é norma suplementar de proteção aos consumidores dos serviços bancários no Estado de São Paulo, que se encontra em harmonia com as normas gerais previstas na Lei federal 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei federal 8.078/1990). A Lei 14.364/2011 do Estado de São Paulo instituiu obrigação para as agências e os postos de serviços bancários de instalar divisórias individuais entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, sob pena de multa, de forma a proporcionar 'privacidade às operações financeiras'.
[ADI 4.633, rel. min. Luiz Fux, j. 6-12-2018, P, DJE de 8-4-2019.]

61) ADI 5.158: É inconstitucional, por extrapolação de competência concorrente para legislar sobre matérias de consumo, lei estadual que impõe às montadoras, concessionárias e importadoras de veículos a obrigação de fornecer veículo reserva a clientes cujo automóvel fique inabilitado por mais de 15 dias por falta de peças originais ou por impossibilidade de realização do serviço, durante o período de garantia contratual. Da interpretação sistemática dos arts. 1º, IV, 5º, 24, V e VIII, 170, IV e 174, todos da Constituição

Federal, extraem-se balizas impostas ao legislador estadual, quando da elaboração de normas consumeristas. São, assim, vedadas extrapolações de competência concorrente e violações aos princípios da isonomia, livre iniciativa e da livre concorrência, sobretudo no que concerne à criação de ônus estadual a fornecedores, como verificado no exemplo da Lei 15.304/2014 do Estado de Pernambuco.
[ADI 5.158, rel. min. Roberto Barroso, j. 6-12-2018, P, DJE de 20-2-2019.]

62) ADI 5.996: A Lei 289/2015 do Estado do Amazonas, ao proibir a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes, não invade a competência da União para legislar sobre normas gerais em relação à proteção da fauna. Competência legislativa concorrente dos Estados (art. 24, VI, da CF). A sobreposição de opções políticas por graus variáveis de proteção ambiental constitui circunstância própria do estabelecimento de competência concorrente sobre a matéria. Em linha de princípio, admite-se que os Estados editem normas mais protetivas ao meio ambiente, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, conforme o caso.
[ADI 5.996, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 15-4-2020, P, DJE de 30-4-2020.]

63) ADI 3.336: Embora a União detenha a competência exclusiva para 'instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso' (art. 21, XIX, da CF/88), além de competência privativa para legislar sobre águas (art. 22, IV, da CF/88), não se há de olvidar que aos estados-membros compete, de forma concorrente, legislar sobre proteção ao meio ambiente (art. 24, VI e VIII, CF), o que inclui, evidentemente, a proteção dos recursos hídricos. Esse entendimento mostra-se consentâneo, inclusive, com a previsão constitucional que defere aos estados-membros o domínio das águas superficiais ou subterrâneas. A legislação impugnada está em conformidade com a Constituição Federal, na medida em que regulamentou, em nível estadual, a cobrança pelo uso da água, sem incorrer em violação do texto constitucional ou em invasão de competência legislativa própria da União. Embora a União detenha a competência para definir as normas gerais sobre a utilização dos recursos hídricos e a Lei Federal 9.433/1997 tenha estabelecido o arcabouço institucional da Política Nacional de Recursos Hídricos, o arranjo institucional e as competências dos órgãos estaduais

integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos deve obedecer aos ditames das leis estaduais, pois os estados-membros têm autonomia constitucional para formular suas leis de organização administrativa, inclusive para o setor de recursos hídricos.
[ADI 3.336, rel. min. Dias Toffoli, j. 14-2-2020, P, DJE de 6-3-2020.]

64) ADI 3.336: Embora a União detenha a competência exclusiva para 'instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso' (art. 21, XIX, da CF/88), além de competência privativa para legislar sobre águas (art. 22, IV, da CF/88), não se há de olvidar que aos estados-membros compete, de forma concorrente, legislar sobre proteção ao meio ambiente (art. 24, VI e VIII, CF), o que inclui, evidentemente, a proteção dos recursos hídricos. Esse entendimento mostra-se consentâneo, inclusive, com a previsão constitucional que defere aos estados-membros o domínio das águas superficiais ou subterrâneas. A legislação impugnada está em conformidade com a Constituição Federal, na medida em que regulamentou, em nível estadual, a cobrança pelo uso da água, sem incorrer em violação do texto constitucional ou em invasão de competência legislativa própria da União. Embora a União detenha a competência para definir as normas gerais sobre a utilização dos recursos hídricos e a Lei Federal 9.433/1997 tenha estabelecido o arcabouço institucional da Política Nacional de Recursos Hídricos, o arranjo institucional e as competências dos órgãos estaduais integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos deve obedecer aos ditames das leis estaduais, pois os estados-membros têm autonomia constitucional para formular suas leis de organização administrativa, inclusive para o setor de recursos hídricos.
[ADI 3.336, rel. min. Dias Toffoli, j. 14-2-2020, P, DJE de 6-3-2020.]

65) ADI 3.623: É inconstitucional lei estadual, distrital ou municipal, que verse sobre normas gerais de defesa do consumidor, por ofender o art. 24, VIII e § 1°, do texto constitucional. A lei não pode estabelecer diferenças nos serviços de cadastro de dados de proteção ao crédito que não sejam compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor (norma geral).
[ADI 3.623, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 11-10-2019, P, DJE de 4-11-2019.]

66) ADI 4.633: A obrigação para as agências e os postos de serviços bancários de instalar divisórias individuais entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento é norma suplementar de proteção aos consumidores dos serviços bancários no Estado de São Paulo, que se encontra em harmonia com as normas gerais previstas na Lei federal 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei federal 8.078/1990). A Lei 14.364/2011 do Estado de São Paulo instituiu obrigação para as agências e os postos de serviços bancários de instalar divisórias individuais entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, sob pena de multa, de forma a proporcionar 'privacidade às operações financeiras'.
[ADI 4.633, rel. min. Luiz Fux, j. 6-12-2018, P, DJE de 8-4-2019.]

67) ADI 4.306: Nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recai sobre norma que abrange mais de um tema, deve o intérprete acolher interpretação que não tolha a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria. (...) A Lei fluminense 5.517, de 2019, ao vedar o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, não extrapolou o âmbito de atuação legislativa, usurpando a competência da União para legislar sobre normas gerais, nem exacerbou a competência concorrente para legislar sobre saúde pública, tendo em vista que, de acordo com o federalismo cooperativo e a incidência do princípio da subsidiariedade, a atuação estadual se deu de forma consentânea com a ordem jurídica constitucional.
[ADI 4.306, rel. min. Edson Fachin, j. 20-12-2019, P, DJE de 19-2-2020.]

68) ADI 6.039: A Lei Estadual 8.008/2018 do Rio de Janeiro, que impõe a obrigatoriedade de que as crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de estupro sejam examinadas por perito legista mulher, não padece do vício de inconstitucionalidade formal, porque a regra concerne à competência concorrente prevista no art. 24, inciso XV, da CFRB, 'proteção à infância e à juventude'.
[ADI 6.039-MC, rel. min. Edson Fachin, j. 13-3-2019, P, DJE de 1º-8-2019.]

69) ADI 5.182: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis (artigo 24, XVI, da Constituição Federal). O artigo 5º da Lei federal 12.030/2009, ao dispor sobre os peritos de natureza criminal, expressamente ressalvou a necessidade de observância das disposições específicas da legislação de cada ente federado. Os Estados-membros podem legitimamente disciplinar as carreiras de peritos de natureza criminal e seu regime jurídico para atender a suas peculiaridades, inclusive criando especialidade não prevista na legislação federal. A alteração da organização administrativa da polícia civil não interfere no Direito Processual Penal. O artigo 11 c/c artigo 7º, VIII, da Lei Complementar 137/2008 do Estado de Pernambuco já exigia diploma de curso superior para os datiloscopistas policiais, de forma que não há conflito com o disposto no artigo 159 do Código de Processo Penal. As normas impugnadas não modificaram o nível de escolaridade exigido para o ingresso no cargo de datiloscopista policial, transformado no cargo de perito papiloscopista. A exigência de diploma de curso superior para os datiloscopistas policiais já existia na redação original do artigo 11 c/c artigo 7º, VIII, da Lei Complementar 137/2008 do Estado de Pernambuco, não atacados na presente ação.
[ADI 5.182, rel. min. Luiz Fux, j. 19-12-2019, P, DJE de 20-3-2020.]

70) Súmula Vinculante 38: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Querido(a) aluno(a), chegamos ao fim de mais uma aula. Espero sinceramente que tenha gostado!!!

Havendo alguma dúvida, **sigo à disposição no nosso fórum de dúvidas** do sistema de ensino do Gran Cursos Online. Gostaria de **receber sua avaliação** acerca da nossa aula. Isso é muito importante para nós.

Foi um prazer imenso participar dessa jornada!

Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos!!!!

RESUMO

Conceito: é a distribuição das competências administrativas, legislativas e tributárias pelos entes da federação (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios), prevista na Constituição Federal, a partir da utilização da técnica da predominância do interesse.

Predominância do Interesse: a Constituição Federal se vale da técnica da predominância do interesse, segundo a qual à União caberão as matérias de interesse nacional (arts. 21 e 22), aos Estados-membros, as de interesse regional, e aos Municípios, as questões de predominante interesse local (art. 30).

Art. 21: competências administrativas exclusivas da União (indelegáveis).

Art. 22: competências legislativas privativas da União (delegáveis).

Possibilidade de Delegação das Matérias do Art. 22: lei complementar é o instrumento jurídico que viabiliza a delegação para os Estados-membros de questões específicas das matérias trazidas pelo art. 22. Alguns pontos merecem destaque: 1) a União não é obrigada a delegar; trata-se de um ato discricionário; 2) se a União optar por delegar, deverá editar uma lei complementar para tanto; 3) esta lei complementar deverá abranger todos os Estados-membros e o Distrito Federal; não pode a União delegar para apenas alguns Estados; ademais, importante ressaltar que não pode delegar para Municípios; 4) não pode delegar toda a matéria, mas apenas questões específicas.

Art. 23: competências administrativas comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 24: competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal (não inclui os Municípios). Cuidado com estes detalhes: 1) no âmbito da legislação concorrente, compete a União estabelecer normas gerais; 2) aos Estados-membros e ao Distrito Federal, compete o estabelecimento de normas suplementares (específicas para a realidade de cada ente federado); 3) na ausência da norma geral federal, os Estados e o Distrito Federal passam a possuir competência plena. Competência plena significa trazer normas gerais e normas suplementares para atender às suas peculiaridades; 4) se depois a União editar a norma geral federal, as normas gerais estaduais que conflitarem com a norma geral federal terão sua eficácia suspen-

sa (se a prova disser que o advento da norma geral federal revoga a norma geral estadual no que lhe for contrária, estará errado).

Competência Residual: no caso das competências dos Estados-membros, a Constituição Federal reservou a eles a chamada competência remanescente, também chamada de residual ou não enumerada. Entende-se por competência residual "aquilo que sobra". Isto é, as competências da União estão expressas nos arts. 21 e 22. As competências dos Municípios estão expressas no art. 30. O que "sobra" é de competência dos Estados-membros (residual).

Competências Estaduais Expressas: 1) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação; 2) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Competência Cumulativa: ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios. Não se pode afirmar, todavia, que todas as competências dos Estados-membros foram atribuídas ao Distrito Federal. Temos que tomar muito cuidado com os incisos XIII e XIV do art. 21, segundo os quais a competência para organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público, a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiros militar e a polícia penal do Distrito Federal é da União.

Art. 30: competências dos Municípios.

QUESTÕES DE CONCURSO

Questão 1 (POLÍCIA CIVIL-ES/INVESTIGADOR/2019) De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

a) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

b) sistemas de consórcios e sorteios.

c) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.

d) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

e) populações indígenas.

Questão 2 (POLÍCIA CIVIL-ES/INVESTIGADOR/2019) De acordo com a Constituição Federal, compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre

a) direito tributário.

b) caça e pesca.

c) previdência social.

d) desapropriação.

e) proteção à infância e à juventude.

Questão 3 (UFPB/TECNÓLOGO FORMAÇÃO/GESTÃO PÚBLICA/2019) Assinale a alternativa que apresenta uma competência municipal.

a) Manter programas de ensino médio.

b) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União, o sistema de prisões.

c) Organizar os transportes intermunicipais dentro do seu território.

d) Organizar e fornecer, diretamente ou sob regime de concessão, os serviços públicos de interesse local, incluindo transporte coletivo.

e) Estruturar e manter a polícia civil e militar e garantir a segurança dos cidadãos.

Questão 4 (DPE-RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA/2019) Na sistemática constitucional, existem matérias que podem ser disciplinadas por leis da União, dos Estados e do Distrito Federal. Nesse caso, a União se limita à edição de normas gerais. Trata-se de competência legislativa:

a) concorrente;

b) privativa;

c) exclusiva;

d) livre;

e) partilhada.

Questão 5 (EBSERH/HUPEST/UFSC/ADVOGADO/2016) A Constituição Federal especifica a competência legislativa de cada ente da Federação. Analise as alternativas abaixo e selecione a que NÃO apresenta uma das competências privativas da União.

a) Diretrizes da política nacional de transportes

b) Normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares

c) Educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação

d) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão

e) Política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores

Questão 6 (ALEPE/ANALISTA LEGISLATIVO/2014) O Governador de determinado Estado, com base em permissivo da Constituição Estadual respectiva, edita medida provisória para regulamentar a exploração, pelo Estado, direta ou mediante concessão, de serviços locais de gás canalizado. Referida situação é incompatível com a Constituição da República porque

a) somente o Presidente da República pode editar medidas provisórias, sendo vedado às Constituições estaduais preverem a possibilidade de o Governador do Estado editá-las.

b) a exploração do serviço de gás canalizado é matéria de competência legislativa do Município, por se tratar de interesse local.

c) é vedada a edição de medida provisória para a regulamentação da matéria, a despeito de esta ser da competência do Estado, por expressa previsão constitucional.

d) a matéria é de competência concorrente, cabendo à União editar normas gerais, tais como as de regulamentação da exploração dos serviços.

e) compete privativamente à União legislar sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

QUESTÃO 7 (TRT-1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2013)

Suponha que, após a edição de lei federal dispondo sobre normas gerais em matéria de previdência social, determinado Estado da Federação publicou lei dispondo sobre normas específicas nessa matéria aplicável no âmbito estadual. Considerando essa situação, a lei

a) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa dos Estados e do Distrito Federal.

b) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente somente dos Estados e dos Municípios.

c) estadual é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa da União.

d) federal é constitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente da União e dos Estados e Distrito Federal, cabendo à União dispor sobre normas gerais.

e) estadual é inconstitucional, já que o Estado somente poderia ter legislado sobre a matéria na ausência de normas gerais da União.

QUESTÃO 8 (TJ-PE/JUIZ SUBSTITUTO/2013) Compete privativamente à União legislar sobre

a) águas.

b) orçamento.

c) cultura.

d) responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico.

e) proteção e defesa da saúde.

QUESTÃO 9 (TRT-9ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2013) De acordo com a Carta Magna, no âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Nesse contexto, é correto afirmar que a superveniência de lei federal sobre normas gerais

a) suspenderá, na íntegra, a eficácia da lei estadual.

b) suspenderá a eficácia da lei estadual apenas no que lhe for contrário.

c) manterá a eficácia da lei estadual, ainda que esta contrarie dispositivos da lei federal, tendo em vista a independência entre os entes federativos.

d) revogará, na íntegra, a lei estadual.

e) revogará a lei estadual apenas no que não lhe for contrário.

Questão 10 (TCE-AP/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2012) A competência privativa da União:

a) pode ser delegada aos Estados-Membros, mediante lei complementar, para que legislem sobre questões específicas.

b) pode ser delegada aos Municípios, mediante lei complementar, para que legislem sobre questões de interesse local.

c) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei complementar, para que suplementem as disposições da União.

d) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei ordinária, para que legislem sobre questões específicas.

e) não pode ser delegada.

Questão 11 (TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2012) Compete à União legislar privativamente, dentre outras matérias, sobre :

a) orçamento.

b) custas e serviços forenses.

c) procedimentos em matéria processual.

d) direito eleitoral.

e) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Questão 12 (TRE-CE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA/2012) José, ao estudar a Constituição Federal, aprendeu que legislar sobre orçamento, direito econômico e desporto, entre outros, compete

a) privativa e respectivamente à União, aos Estados e à União.

b) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

c) privativamente à União.

d) privativamente aos Estados.

e) exclusiva e respectivamente à União, à União e aos Estados.

Questão 13 (TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVO/2012) Na hipótese de um Estado-membro da federação pretender legislar sobre direito eleitoral,

a) dependerá de lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.

b) não poderá atingir seu objetivo, por se tratar de competência privativa da União, nos termos da Constituição da República.

c) poderia fazê-lo, desde que inexistisse lei federal sobre a matéria.

d) terá a lei estadual sua eficácia eventualmente suspensa naquilo que for contrária a lei federal superveniente.

e) poderia exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, desde que inexistisse lei federal sobre normas gerais na matéria.

Questão 14 (TRT-11ª/ANALISTA JUDICIÁRIO/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2012) Ferdinando, dono de embarcação, tem por hábito navegar em lagos, estando submetido à legislação do regime de navegação lacustre que é de competência

a) privativa dos Estados.

b) privativa da União.

c) concorrente dos Municípios e dos Estados, apenas.

d) privativa dos Municípios.

e) concorrente dos Municípios, dos Estados e da União.

Questão 15 (OAB/EXAME XXIII/2017) O Estado Alfa, com o objetivo de articular a prestação dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes, instituiu uma região metropolitana, de modo a promover a organização, o planejamento e a execução de tais atividades de interesse comum. Acerca da criação de regiões metropolitanas para a realização de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

a) A instituição de região metropolitana para a organização, o planejamento e a execução dos serviços públicos é de competência do Estado Alfa, por meio de lei complementar.
b) A organização, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes deveria, necessariamente, ser promovida por meio de consórcio público.
c) A competência para a criação de regiões metropolitanas é exclusiva da União, sob pena de violar a autonomia dos municípios que seriam por elas alcançados.
d) A criação da região metropolitana pretendida pelo Estado Alfa não é possível, diante da ausência de previsão para tanto no nosso ordenamento jurídico.

Questão 16 (OAB/(EXAME DA ORDEM XXVII/2018) O Estado Y, bastante conhecido pela exuberância de suas praias, que atraem milhares de turistas todos os anos, edita lei estadual impedindo a pesca de peixes regionais típicos, ameaçados de extinção, e limitando o transporte marítimo de passageiros. A partir da hipótese narrada, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.
a) O Estado Y possui competência legislativa concorrente com a União para dispor sobre pesca, mas poderá legislar sobre transporte e navegação marítima, caso Lei Complementar federal o autorize.
b) O Estado Y tem competência comum com os demais entes federados para legislar sobre a matéria; logo, a lei estadual é constitucional.
c) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.
d) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, porque trata de pesca e navegação marítima, que são de competência exclusiva da União, apesar de o Estado Y ter competência privativa para legislar sobre meio ambiente.

Questão 17 (XIX EXAME DE ORDEM UNIFICADO) O Governador do Distrito Federal, ao tomar conhecimento de que existe jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal a respeito da competência do Município para legislar sobre os requisitos de segurança das agências bancárias, solicita à Procuradoria-geral do Distrito Federal que se manifeste acerca da possibilidade de lei distrital tratar da matéria. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) Haveria tal possibilidade, pois o Distrito Federal possui competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.

b) Haveria tal possibilidade, pois a competência legislativa do Distrito Federal, como sede da União, abarca as competências legislativas da União, dos Estados e dos Municípios.

c) Não seria possível, pois o Distrito Federal tem competências taxativamente expressas, que não podem abarcar aquelas concedidas aos Municípios.

d) Não seria possível, pois as competências legislativas do Distrito Federal seriam apenas aquelas reservadas aos Estados-membros da União.

Questão 18 (XVIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO) A Assembleia Legislativa do Estado M, ao constatar a ausência de normas gerais sobre matéria em que a União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente, resolve tomar providências no sentido de legislar sobre o tema, preenchendo os vazios normativos decorrentes dessa lacuna. Assim, dois anos após a Lei E/2013 ter sido promulgada pelo Estado M, o Congresso Nacional promulga a Lei F/2015, estabelecendo normas gerais sobre a matéria. Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei E/2013 foi devidamente revogada pela Lei F/2015, posto não ser admissível, no caso, que norma estadual pudesse preservar a sua eficácia diante da promulgação de norma federal a respeito da mesma temática.

b) A Lei E/2013 perde a sua eficácia somente naquilo que contrariar as normas gerais introduzidas pela Lei F/2015, mantendo eficácia a parte que, compatível com a Lei F/2015, seja suplementar a ela.

c) A Lei F/2015 não poderá viger no território do Estado M, já que a edição anterior da Lei E/2013, veiculando normas específicas, afasta a eficácia das normas gerais editadas pela União em momento posterior.

d) A competência legislativa concorrente, por ser uma espécie de competência comum entre todos os entes federativos, pode ser usada indistintamente por qualquer deles, prevalecendo, no caso de conflito, a lei posterior, editada pelo Estado ou pela União.

QUESTÃO 19 (XVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Determinado Estado da Federação vivencia sérios problemas de segurança pública, sendo frequentes as fugas dos presos transportados para participar de atos processuais realizados no âmbito do Poder Judiciário. Para remediar essa situação, foi editada uma lei estadual estabelecendo a possibilidade de utilização do sistema de videoconferência no âmbito do Estado. Diante de tal quadro, assinale a afirmativa que se ajusta à ordem constitucional.

a) A lei estadual é constitucional, pois a matéria se insere na competência local dos Estados-membros, versando sobre assunto de interesse local.

b) A lei estadual é inconstitucional, pois afrontou a competência privativa da União de legislar sobre Direito Processual Penal.

c) A lei estadual é constitucional, pois a matéria se insere no âmbito da competência delegada da União, versando sobre direito processual.

d) A lei estadual é inconstitucional, pois comando normativo dessa natureza, por força do princípio da simetria, deveria estar previsto na Constituição Estadual.

QUESTÃO 20 (XV (EXAME DE ORDEM UNIFICADO) No município de São José dos Cavaleiros, 87% dos atendimentos médicos nas emergências hospitalares são decorrências de acidentes automobilísticos ocasionados pelo consumo de bebidas alcoólicas. Uma vereadora do município, Sra. X, ciente das estatísticas expostas, apresenta projeto de lei propondo que os cidadãos proprietários de veículos automotores, residentes no município, municiem seus veículos com equipamento que impeça a partida do carro no caso de o condutor ter consumido álcool. A Câmara Municipal, por voto de 2/3 dos vereadores, aprova a lei. Esta legislação deve ser considerada

a) constitucional, por tratar de proteção de direito fundamental.

b) inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.

c) inconstitucional, por vício formal relacionado ao quórum mínimo para votação.

d) constitucional, por tratar de assunto de interesse local e ter sido aprovada por processo legislativo idôneo.

Questão 21 (XII EXAME DE ORDEM UNIFICADO) A Constituição da República de 1988 adotou elementos de federalismo cooperativo e de federalismo dual na repartição de competências entre os entes federados, distribuindo competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Assim sendo, a respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição, assinale a afirmativa correta.

a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, competindo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes.

b) É vedado aos Estados criar códigos tributários próprios, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e tributário.

c) É vedado à União decretar intervenção federal em Município localizado em território federal quando este não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.

d) Em relação às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados, havendo norma federal e estadual divergentes, deve prevalecer a norma federal, que serve de fundamento de validade à norma estadual.

Questão 22 (X (EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Na ausência de lei federal estabelecendo normas gerais sobre proteção de ecossistemas ameaçados, determinado estado da Federação editou, no passado, a sua própria lei sobre o assunto, estabelecendo desde princípios e valores a serem observados até regras específicas sobre a exploração econômica de tais áreas. Criou, ainda, fiscalização efetiva em seu território e multou empresas e produtores que desrespeitaram a lei. Anos depois, a União edita lei contendo normas gerais sobre o tema e muitas de suas disposições conflitavam com a anterior lei estadual. Com relação a este caso, assinale a afirmativa correta.

a) A União não poderia legislar, uma vez que o assunto é matéria de interesse local, não havendo justificativa para lei nacional sobre o tema. Houve invasão de competência privativa dos estados.

b) No campo das competências legislativas concorrentes, a União deve legislar sobre normas gerais e o estado pode editar normas suplementares, mas enquanto inexistir lei federal, a com-

petência do estado é plena. A superveniência de lei geral nacional suspende a eficácia das disposições contrárias da lei dos estados.

c) A lei aplicável, no caso concreto, será aquela que estabelecer padrões mais restritivos, em atenção à proteção do meio ambiente, não importando se tal norma é a federal ou se a editada pelos estados-membros.

d) O estado não poderia ter estabelecido normas próprias na ausência de lei nacional com disposições gerais que definissem marcos a serem seguidos pelos estados. Em consequência, são nulas todas as multas aplicadas anteriormente à publicação da lei editada pela União.

Questão 23 (EXAME DA OAB/2009.2/ADAPTADO) Considerando o sistema de repartição de competências entre os entes federativos, assinale a opção correta.

a) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

b) No exercício de sua autonomia político-administrativa, cabe aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, independentemente de qualquer disciplina legal, de âmbito estadual, sobre o tema.

c) É da responsabilidade da União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.

d) Aos estados e municípios cabe exercer os poderes enumerados no texto constitucional, restando à União a competência dita remanescente.

Questão 24 (EXAME DA OAB/2010.1) Acerca da distribuição de competências dos entes federativos prevista na CF, assinale a opção correta.

a) A competência privada da União para legislar sobre certos temas, como os de direito penal, por exemplo, impede que os estados legislem sobre questões específicas, ainda que, para isso, haja, prevista em lei complementar, autorização da União.

b) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os estados onde se situem os potenciais hidroenergéticos.

c) No âmbito da legislação concorrente, compete à União legislar sobre normas gerais ou especiais, sem prejuízo da competência suplementar dos estados, do DF e dos municípios.

d) A competência residual, ainda que em matéria tributária, como a instituição de novos impostos, é dos estados e do DF.

Questão 25 (EXAME DA OAB/2010.2) Um determinado Estado-membro editou lei estabelecendo disciplina uniforme para a data de vencimento das mensalidades das instituições de ensino sediadas no seu território. Examinada a questão à luz da partilha de competência entre os entes federativos, é correto afirmar que:

a) mensalidade escolar versa sobre direito obrigacional, portanto, de natureza contratual, logo cabe à União legislar sobre o assunto.

b) a matéria legislada tem por objeto prestação de serviço educacional, devendo ser considerada como de interesse típico municipal.

c) por versar o conteúdo da lei sobre educação, a competência do Estado-membro é concorrente com a da União.

d) somente competirá aos Estados-membros legislar sobre o assunto quando se tratar de mensalidades cobradas por instituições particulares de Ensino Médio.

Questão 26 (EXAME DA OAB/2011.1) A respeito da distribuição de competências adotada pela Constituição brasileira, assinale a alternativa correta.

a) A competência material da União pode ser delegada aos Estados, por lei complementar.

b) À União compete legislar sobre direito processual e normas gerais de procedimentos.

c) A competência para legislar sobre direito urbanístico é privativa dos Municípios, pois é matéria de interesse local.

d) A competência para legislar sobre defesa dos recursos naturais é privativa da União, pois é matéria de interesse nacional.

Questão 27 (EXAME DA OAB/2011.2) Lei estadual que regulamenta o serviço de mototáxi é

a) constitucional porque se trata de competência legislativa reservada aos Estados.

b) constitucional porque se trata de competência legislativa remanescente dos Estados.

c) inconstitucional porque se trata de competência legislativa dos Municípios.

d) inconstitucional porque se trata de competência legislativa privativa da União.

Questão 28 (PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PROCURADOR MUNICIPAL/2019) Compete aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado.

Questão 29 (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2018) É competência comum da União, dos estados e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

Questão 30 (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2018) Em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, compete privativamente à União legislar sobre requisições militares.

Questão 31 (ABIN/OFICIAL DE INTELIGÊNCIA/2018) A competência para legislar sobre os vencimentos das polícias civil e militar do Distrito Federal (DF) é privativa da União, podendo o DF legislar sobre a matéria somente no caso de inexistência da lei federal.

Questão 32 (PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS/PROCURADOR DO MUNICÍPIO/2018) No âmbito de sua jurisdição, compete ao município a fixação do horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, uma vez que se trata de assunto de interesse local.

Questão 33 (EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA/ANALISTA PORTUÁRIO/2018) O município de São Luís, no estado do Maranhão, é competente para organizar serviços públicos de interesse local; entretanto, se esses serviços forem de transporte coletivo, tal competência será da União.

Questão 34 (EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA/ASSISTENTE PORTUÁRIO/2018) A competência para explorar diretamente a infraestrutura aeroportuária no estado do Maranhão é da União.

Questão 35 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/AUXILIAR/2018) Segundo a CF, compete somente à União a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico brasileiro.

Questão 36 (INSTITUTO RIO BRANCO/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA/2018) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cidadania e naturalização, limitando-se a União a estabelecer normas gerais e os demais entes a legislar em caráter suplementar.

Questão 37 (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL/2018) É concorrente a competência da União e dos estados para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis dos estados.

Questão 38 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ/ANALISTA MINISTERIAL/2018) A União, os estados-membros e os municípios têm competência concorrente para desenvolver políticas públicas que visem à redução de doenças, à proteção e à recuperação da saúde.

Questão 39 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ/ANALISTA MINISTERIAL/2018) Os estados-membros têm competência para editar normas a fim de estabelecer procedimentos em matéria processual, podendo se basear em peculiaridades locais para legislar nessa situação.

Questão 40 (POLÍCIA CIVIL DO SERGIPE/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO/2018) Compete à União estabelecer normas gerais sobre a organização das polícias civis.

Questão 41 (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/2018) Legislar sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal.)

Questão 42 (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/2018) Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas a tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.

Questão 43 (SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL/2018) A União e o estado do Rio Grande do Sul poderão legislar concorrentemente sobre

a) direito marítimo.

b) direito econômico.

c) trânsito.

d) sorteios.

e) informática.

Questão 44 (CNJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013) Defere-se competência concorrente aos entes federativos para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

Questão 45 (CNJ/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2013) Se determinado estado da Federação editar lei que disponha sobre direito penitenciário, ela será inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre esse tema.

Questão 46 (MPU/ANALISTA/2013) Caso a União edite lei que disponha sobre normas gerais concernentes a procedimentos em matéria processual, estado da Federação poderá legislar sobre matérias específicas concernentes a esse tema.

Questão 47 (MPU/TÉCNICO/2013) Compete exclusivamente à União preservar as florestas, a fauna e a flora.

Questão 48 (MPU/TÉCNICO/2013) Na CF, são enumeradas as competências legislativas da União, dos estados e do DF, sendo reservadas aos municípios as competências de caráter residual.

Questão 49 (ANS/NÍVEL SUPERIOR/2013) A proteção à saúde é matéria de competência legislativa privativa da União.

Questão 50 (MPOG/NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/2013) Em matéria orçamentária, a União exerce competência legislativa concorrente, limitando-se a estabelecer normas gerais.

Questão 51 (2020/IDIB/ PREFEITURA DE ARAGUAÍNA-TO/GUARDA MUNICIPAL) Assinale a única alternativa que não trata de competência constitucional dos Municípios.

a) Instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, mediante convênio com municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

b) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.

c) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

d) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

Questão 52 (2020/FUNDATEC/PREFEITURA DE SANTO AUGUSTO-RS/ADVOGADO) Acerca das competências fixadas pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

b) Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

c) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

d) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

e) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

QUESTÃO 53 (2020/IDIB/PREFEITURA DE GRAVATÁ-PE/AGENTE LEGISLATIVO) Sobre a União e os Estados, assinale a alternativa correta.

a) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de cem, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

b) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

QUESTÃO 54 (2020/FCC/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ-AP/ADVOGADO LEGISLATIVO - ÁREA: ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIDADE: PROCURADOR) Considere a seguinte hipótese: à falta de legislação federal, um determinado estado brasileiro legislou amplamente sobre defesa do solo. Posteriormente, a União supriu a mora legislativa quanto a essa matéria. Nesse caso, com o advento da lei federal,

a) a lei estadual foi derrogada pela legislação federal posterior.

b) a lei estadual foi ab-rogada pela legislação federal posterior.

c) foi suspensa a eficácia da lei estadual pela lei federal no que lhe for contrário.

d) mantiveram-se os planos de validade, vigência e eficácia da lei estadual, pois incidem em planos materiais distintos, constitucionalmente delimitados.

e) a lei estadual é inconstitucional por invasão da competência privativa da União, portanto inválida *ex tunc*.

Questão 55 (2020/INSTITUTO QUADRIX/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO--PA/FISCAL DE OBRAS) É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.

Questão 56 (2020/INSTITUTO QUADRIX/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO--PA/ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO) A superveniência de normas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.

Questão 57 (2020/INSTITUTO QUADRIX/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO--PA/ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO) À falta de normas editadas pela União no exercício de competência privativa, caberá aos estados regular a matéria.

Questão 58 (2020/CESPE/CEBRASPE/SEFAZ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL) Por expressa disposição constitucional, as competências materiais e legislativas dos municípios subordinam-se integralmente ao disposto nas constituições dos respectivos estados--membros a que eles pertencem.

Questão 59 (2020/FADESP/UEPA - AGENTE ADMINISTRATIVO) Enquadram-se como competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entre outras, as seguintes:

a) cuidar da saúde e assistência privadas e da proteção e garantia das empresas portadoras de licença para atuar nesse segmento.

b) profissionalizar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

c) procrastinar em relação à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

d) preservar as florestas, a fauna e a flora.

Questão 60 (2020/IBFC/EBSERH – ADVOGADO) A Federação Brasileira possui dois critérios de repartição de competência, o vertical e o horizontal. Assinale a alternativa que contém a competência para legislar sobre direito tributário.

a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário

b) Compete a União privativamente legislar sobre direito tributário

c) Compete aos Territórios suplementar a legislação federal sobre direito tributário

d) Não cabe ao Município legislar em matéria tributária sobre assuntos de interesse local

e) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados

Questão 61 (2020/FEPESE/CINCATARINA - ANALISTA TÉCNICO - ÁREA: ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que indica corretamente matérias cuja competência legislativa é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

a) Procedimentos em matéria processual, previdência social e seguridade social.

b) Proteção à infância e à juventude, previdência social e transporte.

c) Procedimentos em matéria processual, trânsito e regime de portos.

d) Proteção à infância e à juventude, procedimentos em matéria processual e previdência social.

e) Registro público, proteção à infância e à juventude e assistência jurídica.

Questão 62 (2020/IBADE/ASSISTENTE PÚBLICO ADMINISTRATIVO) Considerando as competências atribuídas aos Municípios na Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO corresponde à matéria de sua competência.

a) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

b) Legislar sobre assuntos de interesse local

c) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei

d) Legislar sobre matéria referente a jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia

e) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população

Questão 63 (2020/CESPE/CEBRASPE/SEFAZ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL) Compete privativamente à União legislar sobre o sistema monetário e de medidas, títulos e garantia de valores.

Questão 64 (2020/VUNESP/VALIPREV - ANALISTA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS) Assinale a alternativa correta acerca das competências para legislar sobre seguridade social.

a) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

c) Por meio de lei ordinária, os entes federados, Estados e Municípios, poderão ser autorizados a legislar sobre questões afetas a seguridade social.

d) É competência exclusiva da União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

e) É competência da União e dos Municípios legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

Questão 65 (2020/IDIB/GUARDA CIVIL) Sobre a União, Estados e Municípios, assinale a alternativa correta.

a) São bens dos Estados os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

b) Compete aos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.

c) São bens dos Municípios as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

d) Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

Questão 66 (2020/INSTITUTO ÁGATA/PREFEITURA - PROCURADOR JURÍDICO) A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

todos autônomos nos termos da Constituição Federal. No que diz respeito à organização político-administrativa estabelecida na Constituição Federal, marque a alternativa correta sobre as competências dos entes federativos.

a) Compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar concorrentemente sobre direito urbanístico.

b) E competência comum de todos os entes federativos estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

c) Os Municípios não possuem competência para cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

d) Compete aos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens.

e) Inexistindo legislação federal sobre normas gerais de competência concorrente, os Estados não poderão exercer competência legislativa plena.

Questão 67 (2020/CESPE/CEBRASPE/SEFAZ - AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL) Diante da inexistência de lei federal pertinente, os estados possuem capacidade plena para legislar sobre normas gerais em direito tributário.

Questão 68 (2020/IBADE/AGENTE MUNICIPAL - ÁREA: DEFESA CIVIL) De acordo com a Constituição Federal, criar leis sobre defesa civil é competência privativa da(o)(s):

a) União.

b) Estados.

c) Municípios.

d) Polícia Civil.

e) Polícia Federal.

Questão 69 (2020/INSTITUTO QUADRIX/IDURB - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - ÁREA ADMINISTRATIVA) É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.

Questão 70 (2021/NC FUNPAR UFPR/CAMARA DE CURITIBA - ANALISTA LEGISLATIVO) A respeito da divisão de competências para legislar, fixada na Constituição de 1988, é correto afirmar:

a) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico.

b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral e agrário.

c) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

d) Compete privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

e) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.

Questão 71 (2020/IDIB/AGENTE LEGISLATIVO) Sobre a União e os Estados, assinale a alternativa correta.

a) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de cem, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

b) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

Questão 72 (2020/INSTITUTO QUADRIX/IDURB - ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO - ÁREA: ADVOGADO) A superveniência de normas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.

Questão 73 (2020/VUNESP/FITO – ADVOGADO) Compete exclusivamente à União:

a) preservar as florestas, a fauna e a flora.

b) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

c) promover programas de construção de moradias.

d) combater as causas da pobreza.

e) conceder anistia.

Questão 74 (2020/LEGALLE CONCURSOS/PREFEITURA – ADVOGADO) Compete à União legislar privativamente sobre:

a) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

b) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

c) Organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

d) Assistência jurídica e defensoria pública.

Questão 75 (2020/IESES/TJ SC - TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Sobre as competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para legislar é correto afirmar que:

a) Compete exclusivamente à União legislar sobre a criação, funcionamento e processo dos juizados especiais civis e criminais.

b) Compete concorrentemente à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal legislar sobre as custas dos serviços forenses, e a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

c) Compete comumente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios sobre defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa aeroportuária, defesa civil e mobilização nacional.

d) Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, registros públicos, e propaganda comercial.

GABARITO

1. d
2. d
3. d
4. a
5. c
6. c
7. d
8. a
9. b
10. a
11. d
12. b
13. a
14. b
15. a
16. a
17. a
18. b
19. b
20. b
21. a
22. b
23. c
24. b
25. a
26. b
27. d
28. E
29. E
30. C
31. E
32. C
33. E
34. C
35. E
36. E
37. C
38. E
39. C
40. C
41. C
42. C
43. b
44. E
45. E
46. C
47. E
48. E
49. E
50. C
51. a
52. b
53. c
54. c
55. C
56. C
57. E
58. E
59. d
60. a
61. d
62. d
63. c
64. b
65. d
66. b
67. c
68. a
69. c
70. c
71. c
72. c
73. e
74. b
75. d

GABARITO COMENTADO

Questão 1 (POLÍCIA CIVIL-ES/INVESTIGADOR/2019) De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

a) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

b) sistemas de consórcios e sorteios.

c) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.

d) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

e) populações indígenas.

Letra d.

Art. 24, IX, da CF/1988.

Questão 2 (POLÍCIA CIVIL-ES/INVESTIGADOR/2019) De acordo com a Constituição Federal, compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre

a) direito tributário.

b) caça e pesca.

c) previdência social.

d) desapropriação.

e) proteção à infância e à juventude.

Letra d.

Art. 22, II, da CF/1988.

Questão 3 (UFPB/TECNÓLOGO FORMAÇÃO/GESTÃO PÚBLICA/2019) Assinale a alternativa que apresenta uma competência municipal.

a) Manter programas de ensino médio.

b) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União, o sistema de prisões.

c) Organizar os transportes intermunicipais dentro do seu território.

d) Organizar e fornecer, diretamente ou sob regime de concessão, os serviços públicos de interesse local, incluindo transporte coletivo.

e) Estruturar e manter a polícia civil e militar e garantir a segurança dos cidadãos.

Letra d.

Art. 30, V, da CF/1988.

Questão 4 (DPE-RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA/2019) Na sistemática constitucional, existem matérias que podem ser disciplinadas por leis da União, dos Estados e do Distrito Federal. Nesse caso, a União se limita à edição de normas gerais. Trata-se de competência legislativa:

a) concorrente;

b) privativa;

c) exclusiva;

d) livre;

e) partilhada.

Letra a.

É o que nos ensina o art. 24, § 1º, veja: "no âmbito da legislação **concorrente**, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".

Questão 5 (EBSERH/HUPEST/UFSC/ADVOGADO/2016) A Constituição Federal especifica a competência legislativa de cada ente da Federação. Analise as alternativas abaixo e selecione a que NÃO apresenta uma das competências privativas da União.

a) Diretrizes da política nacional de transportes

b) Normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares

c) Educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação
d) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão
e) Política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores

Letra c.

As competências privativas da União estão elencadas no art. 22 e merecem especial atenção dos candidatos. Vejamos os incisos cobrados.

> **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
> IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
> VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
> IX – diretrizes da política nacional de transportes;
> XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

Questão 6 (ALEPE/ANALISTA LEGISLATIVO/2014) O Governador de determinado Estado, com base em permissivo da Constituição Estadual respectiva, edita medida provisória para regulamentar a exploração, pelo Estado, direta ou mediante concessão, de serviços locais de gás canalizado. Referida situação é incompatível com a Constituição da República porque

a) somente o Presidente da República pode editar medidas provisórias, sendo vedado às Constituições estaduais preverem a possibilidade de o Governador do Estado editá-las.
b) a exploração do serviço de gás canalizado é matéria de competência legislativa do Município, por se tratar de interesse local.
c) é vedada a edição de medida provisória para a regulamentação da matéria, a despeito de esta ser da competência do Estado, por expressa previsão constitucional.
d) a matéria é de competência concorrente, cabendo à União editar normas gerais, tais como as de regulamentação da exploração dos serviços.
e) compete privativamente à União legislar sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Letra c.

É o que determina o art. 25, § 2º, segundo o qual: "cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação".

Questão 7 (TRT-1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2013) Suponha que, após a edição de lei federal dispondo sobre normas gerais em matéria de previdência social, determinado Estado da Federação publicou lei dispondo sobre normas específicas nessa matéria aplicável no âmbito estadual. Considerando essa situação, a lei

a) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa dos Estados e do Distrito Federal.

b) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente somente dos Estados e dos Municípios.

c) estadual é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa da União.

d) federal é constitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente da União e dos Estados e Distrito Federal, cabendo à União dispor sobre normas gerais.

e) estadual é inconstitucional, já que o Estado somente poderia ter legislado sobre a matéria na ausência de normas gerais da União.

Letra d.

> **Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
> § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
> § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
> § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Questão 8 (TJ-PE/JUIZ SUBSTITUTO/2013) Compete privativamente à União legislar sobre

a) águas.

b) orçamento.

c) cultura.

d) responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico.

e) proteção e defesa da saúde.

Letra a.

> **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
> IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Questão 9 (TRT-9ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2013) De acordo com a Carta Magna, no âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Nesse contexto, é correto afirmar que a superveniência de lei federal sobre normas gerais

a) suspenderá, na íntegra, a eficácia da lei estadual.

b) suspenderá a eficácia da lei estadual apenas no que lhe for contrário.

c) manterá a eficácia da lei estadual, ainda que esta contrarie dispositivos da lei federal, tendo em vista a independência entre os entes federativos.

d) revogará, na íntegra, a lei estadual.

e) revogará a lei estadual apenas no que não lhe for contrário.

Letra b.

> **Art. 24**, § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
> § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
> § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Questão 10 (TCE-AP/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2012) A competência privativa da União:

a) pode ser delegada aos Estados-Membros, mediante lei complementar, para que legislem sobre questões específicas.

b) pode ser delegada aos Municípios, mediante lei complementar, para que legislem sobre questões de interesse local.

c) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei complementar, para que suplementem as disposições da União.

d) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei ordinária, para que legislem sobre questões específicas.

e) não pode ser delegada.

Letra a.

> **Art. 22**, Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Questão 11 (TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2012) Compete à União legislar privativamente, dentre outras matérias, sobre :

a) orçamento.

b) custas e serviços forenses.

c) procedimentos em matéria processual.

d) direito eleitoral.

e) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Letra d.

> **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, **eleitoral**, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

Questão 12 (TRE-CE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA/2012) José, ao estudar a Constituição Federal, aprendeu que legislar sobre orçamento, direito econômico e desporto, entre outros, compete

a) privativa e respectivamente à União, aos Estados e à União.

b) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

c) privativamente à União.

d) privativamente aos Estados.

e) exclusiva e respectivamente à União, à União e aos Estados.

Letra b.

> **Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
> II - orçamento;
> IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Questão 13 (TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVO/2012) Na hipótese de um Estado-membro da federação pretender legislar sobre direito eleitoral,

a) dependerá de lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.

b) não poderá atingir seu objetivo, por se tratar de competência privativa da União, nos termos da Constituição da República.

c) poderia fazê-lo, desde que inexistisse lei federal sobre a matéria.

d) terá a lei estadual sua eficácia eventualmente suspensa naquilo que for contrária a lei federal superveniente.

e) poderia exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, desde que inexistisse lei federal sobre normas gerais na matéria.

Letra a.

> **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
> I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
> Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

QUESTÃO 14 (TRT-11ª/ANALISTA JUDICIÁRIO/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2012) Ferdinando, dono de embarcação, tem por hábito navegar em lagos, estando submetido à legislação do regime de navegação lacustre que é de competência

a) privativa dos Estados.
b) privativa da União.
c) concorrente dos Municípios e dos Estados, apenas.
d) privativa dos Municípios.
e) concorrente dos Municípios, dos Estados e da União.

Letra b.

> **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
> X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

QUESTÃO 15 (OAB/EXAME XXIII/2017) O Estado Alfa, com o objetivo de articular a prestação dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes, instituiu uma região metropolitana, de modo a promover a organização, o planejamento e a execução de tais atividades de interesse comum. Acerca da criação de regiões metropolitanas para a realização de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

a) A instituição de região metropolitana para a organização, o planejamento e a execução dos serviços públicos é de competência do Estado Alfa, por meio de lei complementar.
b) A organização, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes deveria, necessariamente, ser promovida por meio de consórcio público.
c) A competência para a criação de regiões metropolitanas é exclusiva da União, sob pena de violar a autonomia dos municípios que seriam por elas alcançados.
d) A criação da região metropolitana pretendida pelo Estado Alfa não é possível, diante da ausência de previsão para tanto no nosso ordenamento jurídico.

Letra a.

Estabelece o art. 25, § 3º, que "os **Estados** poderão, mediante **lei complementar**, instituir **regiões metropolitanas**, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos

de municípios limítrofes, **para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas** de interesse comum".

Questão 16 (OAB/EXAME DA ORDEM XXVII/2018) O Estado Y, bastante conhecido pela exuberância de suas praias, que atraem milhares de turistas todos os anos, edita lei estadual impedindo a pesca de peixes regionais típicos, ameaçados de extinção, e limitando o transporte marítimo de passageiros. A partir da hipótese narrada, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) O Estado Y possui competência legislativa concorrente com a União para dispor sobre pesca, mas poderá legislar sobre transporte e navegação marítima, caso Lei Complementar federal o autorize.

b) O Estado Y tem competência comum com os demais entes federados para legislar sobre a matéria; logo, a lei estadual é constitucional.

c) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.

d) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, porque trata de pesca e navegação marítima, que são de competência exclusiva da União, apesar de o Estado Y ter competência privativa para legislar sobre meio ambiente.

Letra a.

De acordo com o art. 24, VI, "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre florestas, caça, **pesca**, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição". Contudo, para legislar sobre **navegação marítima**, cuja competência é privativa da União (Art. 22, X), deve haver uma lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas desta matéria (Art. 22, parágrafo único).

Questão 17 (XIX EXAME DE ORDEM UNIFICADO) O Governador do Distrito Federal, ao tomar conhecimento de que existe jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal a respeito da

competência do Município para legislar sobre os requisitos de segurança das agências bancárias, solicita à Procuradoria-geral do Distrito Federal que se manifeste acerca da possibilidade de lei distrital tratar da matéria. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) Haveria tal possibilidade, pois o Distrito Federal possui competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.

b) Haveria tal possibilidade, pois a competência legislativa do Distrito Federal, como sede da União, abarca as competências legislativas da União, dos Estados e dos Municípios.

c) Não seria possível, pois o Distrito Federal tem competências taxativamente expressas, que não podem abarcar aquelas concedidas aos Municípios.

d) Não seria possível, pois as competências legislativas do Distrito Federal seriam apenas aquelas reservadas aos Estados-membros da União.

Letra a.

Conforme definiu o STF, "o Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (CF, Art. 30, I), com o objetivo de **determinar, às instituições financeiras**, que instalem, em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários (clientes ou não), **equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança** (tais como portas eletrônicas e câmaras filmadoras) ou a propiciar-lhes conforto, mediante oferecimento de instalações sanitárias, ou fornecimento de cadeiras de espera, ou, ainda, colocação de bebedouros. Precedentes" (AI n. 347.717/RS, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 31/5/05). Segundo o Art. 32, § 1º, ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios (aquilo que se conhece como competência cumulativa). Assim, o DF pode legislar (no uso de sua competência municipal) sobre requisitos de segurança das agências bancárias.

Questão 18 (XVIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO) A Assembleia Legislativa do Estado M, ao constatar a ausência de normas gerais sobre matéria em que a União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente, resolve tomar providências no sen-

tido de legislar sobre o tema, preenchendo os vazios normativos decorrentes dessa lacuna. Assim, dois anos após a Lei E/2013 ter sido promulgada pelo Estado M, o Congresso Nacional promulga a Lei F/2015, estabelecendo normas gerais sobre a matéria. Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei E/2013 foi devidamente revogada pela Lei F/2015, posto não ser admissível, no caso, que norma estadual pudesse preservar a sua eficácia diante da promulgação de norma federal a respeito da mesma temática.

b) A Lei E/2013 perde a sua eficácia somente naquilo que contrariar as normas gerais introduzidas pela Lei F/2015, mantendo eficácia a parte que, compatível com a Lei F/2015, seja suplementar a ela.

c) A Lei F/2015 não poderá viger no território do Estado M, já que a edição anterior da Lei E/2013, veiculando normas específicas, afasta a eficácia das normas gerais editadas pela União em momento posterior.

d) A competência legislativa concorrente, por ser uma espécie de competência comum entre todos os entes federativos, pode ser usada indistintamente por qualquer deles, prevalecendo, no caso de conflito, a lei posterior, editada pelo Estado ou pela União.

Letra b.

No âmbito da competência legislativa concorrente, compete à União elaborar normas gerais e aos Estados editar as normas suplementares. Caso a União não edite a norma geral, o Estado passa a possuir competência legislativa plena, vale dizer, é permitido ao Estado-membro elaborar normas gerais aplicáveis às relações jurídicas estaduais. **Uma vez elaborada a lei estadual no uso da competência plena, a superveniência de uma norma geral federal não revoga a lei estadual anterior, apenas suspende sua eficácia, no que lhe for contrário**. Caso a norma geral federal, por algum motivo, perca sua vigência (for revogada, por exemplo), a norma geral estadual voltará a produzir efeitos.

Questão 19 (XVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Determinado Estado da Federação vivencia sérios problemas de segurança pública, sendo frequentes as fugas dos presos transporta-

dos para participar de atos processuais realizados no âmbito do Poder Judiciário. Para remediar essa situação, foi editada uma lei estadual estabelecendo a possibilidade de utilização do sistema de videoconferência no âmbito do Estado. Diante de tal quadro, assinale a afirmativa que se ajusta à ordem constitucional.

a) A lei estadual é constitucional, pois a matéria se insere na competência local dos Estados-membros, versando sobre assunto de interesse local.

b) A lei estadual é inconstitucional, pois afrontou a competência privativa da União de legislar sobre Direito Processual Penal.

c) A lei estadual é constitucional, pois a matéria se insere no âmbito da competência delegada da União, versando sobre direito processual.

d) A lei estadual é inconstitucional, pois comando normativo dessa natureza, por força do princípio da simetria, deveria estar previsto na Constituição Estadual.

Letra b.

O STF, no julgamento do HC n. 90.900, definiu que somente o Congresso Nacional pode editar lei sobre interrogatório por videoconferência, por se tratar de competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual Penal.

Questão 20 (XV EXAME DE ORDEM UNIFICADO) No município de São José dos Cavaleiros, 87% dos atendimentos médicos nas emergências hospitalares são decorrências de acidentes automobilísticos ocasionados pelo consumo de bebidas alcoólicas. Uma vereadora do município, Sra. X, ciente das estatísticas expostas, apresenta projeto de lei propondo que os cidadãos proprietários de veículos automotores, residentes no município, municiem seus veículos com equipamento que impeça a partida do carro no caso de o condutor ter consumido álcool. A Câmara Municipal, por voto de 2/3 dos vereadores, aprova a lei. Esta legislação deve ser considerada

a) constitucional, por tratar de proteção de direito fundamental.

b) inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.

c) inconstitucional, por vício formal relacionado ao quórum mínimo para votação.

d) constitucional, por tratar de assunto de interesse local e ter sido aprovada por processo legislativo idôneo.

Letra b.

Inicialmente, lembremos que compete à União legislar sobre trânsito e transporte, em homenagem ao art. 22, XI. Ademais, o STF possui jurisprudência firmada no sentido de que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, impossibilitados os Estados-membros e Municípios a legislar sobre a matéria enquanto não autorizados por lei complementar (ARE 639.496).

Questão 21 (XII EXAME DE ORDEM UNIFICADO) A Constituição da República de 1988 adotou elementos de federalismo cooperativo e de federalismo dual na repartição de competências entre os entes federados, distribuindo competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Assim sendo, a respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição, assinale a afirmativa correta.

a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, competindo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes.

b) É vedado aos Estados criar códigos tributários próprios, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e tributário.

c) É vedado à União decretar intervenção federal em Município localizado em território federal quando este não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.

d) Em relação às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados, havendo norma federal e estadual divergentes, deve prevalecer a norma federal, que serve de fundamento de validade à norma estadual.

Letra a.

Segundo o art. 23, VI, "é **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas**". Ademais, determina o parágrafo único deste Art. 23 que "**leis complementares fixarão normas para a cooperação** entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional".

Questão 22 (X EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Na ausência de lei federal estabelecendo normas gerais sobre proteção de ecossistemas ameaçados, determinado estado da Federação editou, no passado, a sua própria lei sobre o assunto, estabelecendo desde princípios e valores a serem observados até regras específicas sobre a exploração econômica de tais áreas. Criou, ainda, fiscalização efetiva em seu território e multou empresas e produtores que desrespeitaram a lei. Anos depois, a União edita lei contendo normas gerais sobre o tema e muitas de suas disposições conflitavam com a anterior lei estadual. Com relação a este caso, assinale a afirmativa correta.

a) A União não poderia legislar, uma vez que o assunto é matéria de interesse local, não havendo justificativa para lei nacional sobre o tema. Houve invasão de competência privativa dos estados.

b) No campo das competências legislativas concorrentes, a União deve legislar sobre normas gerais e o estado pode editar normas suplementares, mas enquanto inexistir lei federal, a competência do estado é plena. A superveniência de lei geral nacional suspende a eficácia das disposições contrárias da lei dos estados.

c) A lei aplicável, no caso concreto, será aquela que estabelecer padrões mais restritivos, em atenção à proteção do meio ambiente, não importando se tal norma é a federal ou se a editada pelos estados-membros.

d) O estado não poderia ter estabelecido normas próprias na ausência de lei nacional com disposições gerais que definissem marcos a serem seguidos pelos estados. Em consequência, são nulas todas as multas aplicadas anteriormente à publicação da lei editada pela União.

Letra b.

Conforme já fixamos, no âmbito da competência legislativa **concorrente**, compete à **União** elaborar **normas gerais** e aos **Estados** editar as **normas suplementares**. Caso a União **não edite** a norma geral, o Estado passa a possuir **competência legislativa plena**, vale dizer, é permitido ao Estado-membro elaborar normas gerais aplicáveis às relações jurídicas estaduais. Uma vez elaborada a lei estadual no uso da competência plena, a **superveniência de uma norma geral federal** não revoga a lei estadual anterior, apenas **suspende sua eficácia, no que lhe for contrário**. Caso a norma geral federal, por algum motivo, perca sua vigência (for revogada, por exemplo), a norma geral estadual voltará a produzir efeitos.

Questão 23 (EXAME DA OAB/2009.2/ADAPTADO) Considerando o sistema de repartição de competências entre os entes federativos, assinale a opção correta.

a) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

b) No exercício de sua autonomia político-administrativa, cabe aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, independentemente de qualquer disciplina legal, de âmbito estadual, sobre o tema.

c) É da responsabilidade da União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.

d) Aos estados e municípios cabe exercer os poderes enumerados no texto constitucional, restando à União a competência dita remanescente.

Letra c.

Segundo o art. 21, inc. XIII, compete à União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.

Questão 24 (EXAME DA OAB/2010.1) Acerca da distribuição de competências dos entes federativos prevista na CF, assinale a opção correta.

a) A competência privada da União para legislar sobre certos temas, como os de direito penal, por exemplo, impede que os estados legislem sobre questões específicas, ainda que, para isso, haja, prevista em lei complementar, autorização da União.

b) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os estados onde se situem os potenciais hidroenergéticos.

c) No âmbito da legislação concorrente, compete à União legislar sobre normas gerais ou especiais, sem prejuízo da competência suplementar dos estados, do DF e dos municípios.

d) A competência residual, ainda que em matéria tributária, como a instituição de novos impostos, é dos estados e do DF.

Letra b.

É a expressão do art. 21, inciso XII, alínea b), da CF/1988: "compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos".

Questão 25 (EXAME DA OAB/2010.2) Um determinado Estado-membro editou lei estabelecendo disciplina uniforme para a data de vencimento das mensalidades das instituições de ensino sediadas no seu território. Examinada a questão à luz da partilha de competência entre os entes federativos, é correto afirmar que:

a) mensalidade escolar versa sobre direito obrigacional, portanto, de natureza contratual, logo cabe à União legislar sobre o assunto.

b) a matéria legislada tem por objeto prestação de serviço educacional, devendo ser considerada como de interesse típico municipal.

c) por versar o conteúdo da lei sobre educação, a competência do Estado-membro é concorrente com a da União.

d) somente competirá aos Estados-membros legislar sobre o assunto quando se tratar de mensalidades cobradas por instituições particulares de Ensino Médio.

Letra a.

A presente questão foi extraída do julgamento da ADI 1.007, em que se pleiteava a declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 10.989, do Estado de Pernambuco, que estabeleceu prazo para o pagamento das mensalidades escolares naquela unidade da federação. No citado julgado, restou consignado que: "no caso se cuida da ordenação normativa de relações contratuais, tema de direito civil, à União cabendo sobre ele legislar. Não vislumbro, no texto normativo, legislação sobre educação ou ensino. Os preceitos tratam tão-somente da estipulação de data do vencimento das mensalidades escolares, matéria de direito contratual. A Lei n. 10.989 do Estado de Pernambuco, torno a repetir, nada dispõe a respeito daquela matéria. **Cabendo à União privativamente legislar sobre direito civil — ou seja, sobre contratos** — não compete ao legislador estadual discipliná-los".

Questão 26 (EXAME DA OAB/2011.1) A respeito da distribuição de competências adotada pela Constituição brasileira, assinale a alternativa correta.

a) A competência material da União pode ser delegada aos Estados, por lei complementar.

b) À União compete legislar sobre direito processual e normas gerais de procedimentos.

c) A competência para legislar sobre direito urbanístico é privativa dos Municípios, pois é matéria de interesse local.

d) A competência para legislar sobre defesa dos recursos naturais é privativa da União, pois é matéria de interesse nacional.

Letra b.

Questão interessante que comumente é cobrada nos concursos públicos. Traz à lume o conhecimento do art. 22, inciso I, c/c Art. 24, inciso XI, ambos da CF/1988. Com efeito, segundo o art. 22, I, compete **privativamente à União legislar sobre direito processual**. Noutro giro, o Art. 24, XI, reza que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal **legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual**, situação em que a União estabelecerá as normas gerais.

Questão 27 (EXAME DA OAB/2011.2) Lei estadual que regulamenta o serviço de mototáxi é

a) constitucional porque se trata de competência legislativa reservada aos Estados.

b) constitucional porque se trata de competência legislativa remanescente dos Estados.

c) inconstitucional porque se trata de competência legislativa dos Municípios.

d) inconstitucional porque se trata de competência legislativa privativa da União.

Letra d.

Segundo a Suprema Corte, lei estadual que regulamenta o serviço de mototáxi é inconstitucional porque se trata de competência legislativa privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, conforme se depreende do Art. 22, inciso XI, da CF/1988, vejamos: "Art. 22, XI: compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte". Mais uma vez a banca examinadora demonstra a necessidade de se conhecer os precedentes jurisprudenciais emanados da Corte Suprema. A presente assertiva é fundamentada em decisão proferida pela STF no julgamento da ADI 3.136, transcrevo:

> ADI 3136/MG - MINAS GERAIS
> Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI
> Julgamento: 01/08/2006
> EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO ESTADO DE MINAS GERAIS. LICENCIAMENTO DE MOTOCICLETAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ("MOTOTÁXI"). COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL RECONHECIDA) I - Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte (CF, Art.22, XI). II - Exercício de atribuição pelo Estado que demanda autorização em lei complementar. III - Inexistência de autorização expressa quanto ao transporte remunerado de passageiros por motocicletas. IV - Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da lei mineira 12.618/97.

Questão 28 (PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PROCURADOR MUNICIPAL/2019) Compete aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado.

Errado.

Art. 25, § 2º, da CF/1988.

Questão 29 (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2018) É competência comum da União, dos estados e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

Errado.

É uma competência da União, segundo o art. 21, VI, da CF/1988.

Questão 30 (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2018) Em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, compete privativamente à União legislar sobre requisições militares.

Certo.

Art. 22, III, da CF/1988.

Questão 31 (ABIN/OFICIAL DE INTELIGÊNCIA/2018) A competência para legislar sobre os vencimentos das polícias civil e militar do Distrito Federal (DF) é privativa da União, podendo o DF legislar sobre a matéria somente no caso de inexistência da lei federal.

Errado.

Art. 21, XIV, da CF/1988.

Questão 32 (PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS/PROCURADOR DO MUNICÍPIO/2018) No âmbito de sua jurisdição, compete ao município a fixação do horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, uma vez que se trata de assunto de interesse local.

Certo.

Súmula Vinculante n. 38.

Questão 33 (EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA/ANALISTA PORTUÁRIO/2018) O município de São Luís, no estado do Maranhão, é competente para organizar serviços públicos de interesse local; entretanto, se esses serviços forem de transporte coletivo, tal competência será da União.

Errado.

Art. 30, V, da CF/1988.

Questão 34 (EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA/ASSISTENTE PORTUÁRIO/2018) A competência para explorar diretamente a infraestrutura aeroportuária no estado do Maranhão é da União.

Certo.

Art. 21, XII, "c", da CF/1988.

Questão 35 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/AUXILIAR/2018) Segundo a CF, compete somente à União a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico brasileiro.

Errado.

Art. 24, VII, da CF/1988.

Questão 36 (INSTITUTO RIO BRANCO/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA/2018) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cidadania e naturalização, limitando-se a União a estabelecer normas gerais e os demais entes a legislar em caráter suplementar.

Errado.

Art. 22, XIII, da CF/1988.

Questão 37 (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL/2018) É concorrente a competência da União e dos estados para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis dos estados.

Certo.

Art. 24, XVI, da CF/1988.

Questão 38 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ/ANALISTA MINISTERIAL/2018) A União, os estados-membros e os municípios têm competência concorrente para desenvolver políticas públicas que visem à redução de doenças, à proteção e à recuperação da saúde.

Errado.

Não há essa previsão constitucional.

Questão 39 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ/ANALISTA MINISTERIAL/2018) Os estados-membros têm competência para editar normas a fim de estabelecer procedimentos em matéria processual, podendo se basear em peculiaridades locais para legislar nessa situação.

Certo.

Art. 24, XI, da CF/1988.

Questão 40 (POLÍCIA CIVIL DO SERGIPE/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO/2018) Compete à União estabelecer normas gerais sobre a organização das polícias civis.

Certo.

Art. 24, XVI, e § 1º, da CF/1988.

Questão 41 (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/2018) Legislar sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal.)

Certo.

Art. 24, VIII, da CF/1988.

Questão 42 (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/2018) Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas a tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.

Certo.

Art. 24, IX e § 3º, da CF/1988.

Questão 43 (SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL/2018) A União e o estado do Rio Grande do Sul poderão legislar concorrentemente sobre

a) direito marítimo.

b) direito econômico.

c) trânsito.

d) sorteios.

e) informática.

Letra b.

Art. 24, I, da CF/1988.

Questão 44 (CNJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013) Defere-se competência concorrente aos entes federativos para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permis-

são, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

Errado.

Art. 21, XII, b, da CF/1988.

Questão 45 (CNJ/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2013) Se determinado estado da Federação editar lei que disponha sobre direito penitenciário, ela será inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre esse tema.

Errado.

Art. 24, I, da CF/1988.

Questão 46 (MPU/ANALISTA/2013) Caso a União edite lei que disponha sobre normas gerais concernentes a procedimentos em matéria processual, estado da Federação poderá legislar sobre matérias específicas concernentes a esse tema.

Certo.

Art. 24, XI c/c art. 24, § 2º, da CF/1988.

Questão 47 (MPU/TÉCNICO/2013) Compete exclusivamente à União preservar as florestas, a fauna e a flora.

Errado.

Art. 23, VII, da CF/1988.

Questão 48 (MPU/TÉCNICO/2013) Na CF, são enumeradas as competências legislativas da União, dos estados e do DF, sendo reservadas aos municípios as competências de caráter residual.

Errado.

Art. 25, § 1º, da CF/1988.

Questão 49 (ANS/NÍVEL SUPERIOR/2013)
A proteção à saúde é matéria de competência legislativa privativa da União.

Errado.

Art. 24, XII, da CF/1988.

Questão 50 (MPOG/NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/2013) Em matéria orçamentária, a União exerce competência legislativa concorrente, limitando-se a estabelecer normas gerais.

Certo.

Art. 24, II, da CF/1988.

Questão 51 (2020/IDIB/ PREFEITURA DE ARAGUAÍNA-TO/GUARDA MUNICIPAL) Assinale a única alternativa que não trata de competência constitucional dos Municípios.

a) Instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, mediante convênio com municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

b) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.

c) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

d) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

Letra a.

Essa competência pertence aos Estados, à luz do art. 25, § 3º, da CF/1988.

Questão 52 (2020/FUNDATEC/PREFEITURA DE SANTO AUGUSTO-RS/ADVOGADO) Acerca das competências fixadas pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

b) Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

c) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

d) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

e) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Letra b.

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação (art. 24, IX, da CF/1988).

Questão 53 (2020/IDIB/PREFEITURA DE GRAVATÁ-PE/AGENTE LEGISLATIVO) Sobre a União e os Estados, assinale a alternativa correta.

a) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de cem, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

b) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

Letra c.

É o que prevê o art. 24, § 3º, da CF/1988.

Questão 54 (2020/FCC/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ-AP/ADVOGADO LEGISLATIVO - ÁREA: ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIDADE: PROCURADOR) Considere a seguinte hipótese: à falta de legislação federal, um determinado estado brasileiro legislou amplamente sobre defesa do solo. Posteriormente, a União supriu a mora legislativa quanto a essa matéria. Nesse caso, com o advento da lei federal,

a) a lei estadual foi derrogada pela legislação federal posterior.
b) a lei estadual foi ab-rogada pela legislação federal posterior.
c) foi suspensa a eficácia da lei estadual pela lei federal no que lhe for contrário.
d) mantiveram-se os planos de validade, vigência e eficácia da lei estadual, pois incidem em planos materiais distintos, constitucionalmente delimitados.
e) a lei estadual é inconstitucional por invasão da competência privativa da União, portanto inválida *ex tunc*.

Letra c.

É a situação posta no art. 24, § 4º, da CF/1988.

Questão 55 (2020/INSTITUTO QUADRIX/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO-PA/FISCAL DE OBRAS) É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.

Certo.

É a previsão do art. 23, VI, da CF/1988.

Questão 56 (2020/INSTITUTO QUADRIX/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO-PA/ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO) A superveniência de nor-

mas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.

Certo.
Conforme o art. 24, § 4º, "A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

Questão 57 (2020/INSTITUTO QUADRIX/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO-PA/ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO) À falta de normas editadas pela União no exercício de competência privativa, caberá aos estados regular a matéria.

Errado.
Os Estados não podem legislar sobre matéria privativas da União, salvo se houver a delegação prevista no parágrafo único do art. 22 da CF/1988 (Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo).

Questão 58 (2020/CESPE/CEBRASPE/SEFAZ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL) Por expressa disposição constitucional, as competências materiais e legislativas dos municípios subordinam-se integralmente ao disposto nas constituições dos respectivos estados-membros a que eles pertencem.

Errado.
As competências municipais previstas no art. 30, da CF/1988, não se subordinam às Constituições Estaduais.

Questão 59 (2020/FADESP/UEPA - AGENTE ADMINISTRATIVO) Enquadram-se como competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entre outras, as seguintes:
a) cuidar da saúde e assistência privadas e da proteção e garantia das empresas portadoras de licença para atuar nesse segmento.

b) profissionalizar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

c) procrastinar em relação à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

d) preservar as florestas, a fauna e a flora.

Letra d.

Essa competência comum está prevista no art. 23, VII, da CF/1988.

Questão 60 (2020/IBFC/EBSERH – ADVOGADO) A Federação Brasileira possui dois critérios de repartição de competência, o vertical e o horizontal. Assinale a alternativa que contém a competência para legislar sobre direito tributário.

a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário

b) Compete a União privativamente legislar sobre direito tributário

c) Compete aos Territórios suplementar a legislação federal sobre direito tributário

d) Não cabe ao Município legislar em matéria tributária sobre assuntos de interesse local

e) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados

Letra a.

É o que estabelece o art. 24, I, da CF/1988.

Questão 61 (2020/FEPESE/CINCATARINA - ANALISTA TÉCNICO - ÁREA: ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que indica corretamente matérias cuja competência legislativa é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

a) Procedimentos em matéria processual, previdência social e seguridade social.

b) Proteção à infância e à juventude, previdência social e transporte.

c) Procedimentos em matéria processual, trânsito e regime de portos.

d) Proteção à infância e à juventude, procedimentos em matéria processual e previdência social.

e) Registro público, proteção à infância e à juventude e assistência jurídica.

Letra d.

Essas competências estão previstas, respectivamente, no art. 24, incisos, XV, XI, XII, da CF/1988.

QUESTÃO 62 (2020/IBADE/ASSISTENTE PÚBLICO ADMINISTRATIVO) Considerando as competências atribuídas aos Municípios na Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO corresponde à matéria de sua competência.

a) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

b) Legislar sobre assuntos de interesse local

c) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei

d) Legislar sobre matéria referente a jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia

e) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população

Letra d.

Essa competência não se encontra no art. 30, da CF/1988, mas sim no art. 22, XII, da CF/1988, sendo uma competência privativa da União.

QUESTÃO 63 (2020/CESPE/CEBRASPE/SEFAZ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL) Compete privativamente à União legislar sobre o sistema monetário e de medidas, títulos e garantia de valores.

Letra c.

É o que estabelece o art. 22, inc. VI, da CF/1988.

QUESTÃO 64 (2020/VUNESP/VALIPREV - ANALISTA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS) Assinale a alternativa correta acerca das competências para legislar sobre seguridade social.

a) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
c) Por meio de lei ordinária, os entes federados, Estados e Municípios, poderão ser autorizados a legislar sobre questões afetas a seguridade social.
d) É competência exclusiva da União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
e) É competência da União e dos Municípios legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

Letra b.

É o que prevê o art. 24, XII, da CF/1988.

Questão 65 (2020/IDIB/GUARDA CIVIL) Sobre a União, Estados e Municípios, assinale a alternativa correta.
a) São bens dos Estados os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
b) Compete aos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.
c) São bens dos Municípios as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
d) Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

Letra d.

É a previsão trazida pelo art. 21, XVIII, da CF/1988.

Questão 66 (2020/INSTITUTO ÁGATA/PREFEITURA - PROCURADOR JURÍDICO) A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal. No que diz respeito à organização polí-

tico-administrativa estabelecida na Constituição Federal, marque a alternativa correta sobre as competências dos entes federativos.

a) Compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar concorrentemente sobre direito urbanístico.

b) E competência comum de todos os entes federativos estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

c) Os Municípios não possuem competência para cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

d) Compete aos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens.

e) Inexistindo legislação federal sobre normas gerais de competência concorrente, os Estados não poderão exercer competência legislativa plena.

Letra b.

Essa competência comum está prevista no art. 23, XII, da CF/1988.

Questão 67 (2020/CESPE/CEBRASPE/SEFAZ - AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL) Diante da inexistência de lei federal pertinente, os estados possuem capacidade plena para legislar sobre normas gerais em direito tributário.

Letra c.

O direito tributário é de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, conforme o art. 24, I, da CF/1988. No campo da competência concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (art. 24, § 3º, da CF/1988).

Questão 68 (2020/IBADE/AGENTE MUNICIPAL - ÁREA: DEFESA CIVIL) De acordo com a Constituição Federal, criar leis sobre defesa civil é competência privativa da(o)(s):

a) União.

b) Estados.

c) Municípios.

d) Polícia Civil.

e) Polícia Federal.

Letra a.

É uma competência privativa da União, conforme o art. 22, XXVIII, da CF/1988.

Questão 69 (2020/INSTITUTO QUADRIX/IDURB - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - ÁREA ADMINISTRATIVA) É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.

Letra c.

É o que estabelece o art. 23, VI, da CF/1988.

Questão 70 (2021/NC FUNPAR UFPR/CAMARA DE CURITIBA - ANALISTA LEGISLATIVO) A respeito da divisão de competências para legislar, fixada na Constituição de 1988, é correto afirmar:

a) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico.

b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral e agrário.

c) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

d) Compete privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

e) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.

Letra c.

São competências trazidas pelo art. 30, incs. I e II, da CF/1988.

Questão 71 (2020/IDIB/AGENTE LEGISLATIVO) Sobre a União e os Estados, assinale a alternativa correta.

a) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de cem, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

b) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

Letra c.

É a previsão trazida pelo art. 24, § 3º, da CF/1988.

Questão 72 (2020/INSTITUTO QUADRIX/IDURB - ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO - ÁREA: ADVOGADO) A superveniência de normas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.

Letra c.

É o que determina o art. 24, § 4º, da CF/1988.

Questão 73 (2020/VUNESP/FITO – ADVOGADO) Compete exclusivamente à União:

a) preservar as florestas, a fauna e a flora.

b) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

c) promover programas de construção de moradias.

d) combater as causas da pobreza.

e) conceder anistia.

Letra e.

Essa competência exclusiva da União está prevista no art. 21, XVII, da CF/1988.

Questão 74 (2020/LEGALLE CONCURSOS/PREFEITURA – ADVOGADO) Compete à União legislar privativamente sobre:

a) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

b) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

c) Organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

d) Assistência jurídica e defensoria pública.

Letra b.

São competências privativas da União estabelecidas no art. 22, I, da CF/1988.

Questão 75 (2020/IESES/TJ SC - TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Sobre as competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para legislar é correto afirmar que:

a) Compete exclusivamente à União legislar sobre a criação, funcionamento e processo dos juizados especiais civis e criminais.

b) Compete concorrentemente à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal legislar sobre as custas dos serviços forenses, e a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

c) Compete comumente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios sobre defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa aeroportuária, defesa civil e mobilização nacional.

d) Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, registros públicos, e propaganda comercial.

Letra d.

É o que prevê, respectivamente, o art. 22, incs. XX, XXV e XXIX, da CF/1988.

Luciano Dutra

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.